

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JULIANA RIBEIRO NUNES MANOEL

**LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS (EJA) DE SÃO MATEUS (ES)**

**SÃO MATEUS - ES
2018**

JULIANA RIBEIRO NUNES MANOEL

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DE SÃO MATEUS (ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Sustentável da Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Professora Mestra Luana Frigulha Guisso.

SÃO MATEUS
2018

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

M285I

Manoel, Juliana Ribeiro Nunes.

Leitura e compreensão de textos em uma escola de educação de jovens e adultos (EJA) de São Mateus (ES) / Juliana Ribeiro Nunes Manoel – São Mateus - ES, 2018.

82 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: prof.^a M.^a Luana Frigulha Guisso.

1. Analfabetismo. 2. São Mateus - ES. 3. EJA – Educação de Jovens e adultos. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Título.

CDD: 374.012

JULIANA RIBEIRO NUNES MANOEL

**LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS EM UMA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - SÃO MATEUS
(ES)**

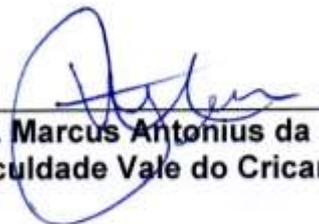
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 25 de maio de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale Do Cricaré (FVC)



Prof. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

*Ao meu **Deus**, pelo dom da vida, pela saúde, pela sabedoria e luz recebida em todos os momentos;*

A minha família por ser meu porto seguro, sempre me apoiando em minhas decisões, e compreendendo minhas ausências ao longo dessa caminhada. Que Deus os abençoe.

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Ao meu marido Moises por me incentivar e me apoiar ao longo de toda caminhada.

Aos meus filhos Sarah e Davi que sempre foram minhas inspirações e incentivo de querer o melhor da vida.

A todos os professores que se empenharam para desenvolver o conhecimento em cada um dos discentes.

A minha orientadora Professora Ma. Luana Guisso, pelo suporte, sugestões e incentivos.

E a todos que direta ou indiretamente estiveram comigo nesta jornada, muito obrigada.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

MANOEL, Juliana Ribeiro Nunes. **Leitura e compreensão de textos em uma escola de educação de jovens e adultos – EJA – São Mateus (ES)**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus. 2018.

Essa dissertação aborda a Educação de Jovens e Adultos contemplando seu histórico e legislação e sua atuação no município de São Mateus-ES. Foi realizado um estudo em uma Escola Municipal do Município de São Mateus onde os alunos responderam a um questionário e realizaram atividades referentes a um Projeto de Leitura, para avaliar o nível de conhecimento dos mesmos em relação a leitura a interpretação de textos. O objetivo do estudo foi: pesquisar como a leitura e a compreensão de textos podem influenciar na permanência ou não dos alunos da EJA, e a formação de leitores capazes de se posicionar criticamente frente a um texto e às demandas da sociedade. O estudo aponta para as dificuldades que os alunos têm em voltar as salas de aulas depois de anos fora dela. Assim o estudo mais do que pesquisar como a leitura e compreensão de textos afetam a permanência dos educandos em sala de aula busca identificar meios de mantê-los na escola. Para tanto foi efetuada uma pesquisa bibliográfica, bem como um estudo e desenvolvimento de Projeto de Leitura, junto aos alunos da EMEF “A”, na cidade de São Mateus-ES. Ao final do estudo conclui-se que as dificuldades com a leitura são o principal fator das reprovações e abandono dos alunos que frequentam a EJA na escola na qual foi realizado o estudo.

Palavras-chave: Analfabetismo. São Mateus. EJA. Educação. Jovens e Adultos.

ABSTRACT

MANOEL, Juliana Ribeiro Nunes. Reading and comprehension of texts in a school of youth and adult education - EJA - São Mateus (ES). 2008. 88 f. Dissertation (Master in Social Management, Education and Regional Development). Faculty of Cricaré Valley, São Mateus. 2018.

This dissertation addresses the Education of Young and Adults contemplating their history and legislation and their work in the municipality of São Mateus-ES. A study was carried out at a Municipal School of the Municipality of São Mateus where the students answered a questionnaire and carried out activities related to a Reading Project to evaluate their level of knowledge regarding reading and interpretation of texts. The objectives of the study are: to investigate how the reading and comprehension of texts determine the permanence or not of the students of the EJA and the formation of readers capable of positioning themselves critically in front of a text and the demands of society; to investigate the permanence and avoidance of EJA students in the school studied; to report the experiences of teachers and students of the EJA and the importance of reading and understanding texts for this demand. The study points to the difficulties students have in returning to classrooms after years away from it and the need to review curriculum and curricular practices in order to avoid difficulties that keep students away from the classroom. Thus the study rather than research how reading and understanding texts affect the permanence of students in the classroom seeks to identify ways to keep them in school.

Keywords: Illiteracy, Difficultties, Education, Youth and Adults.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	16
2.1 EJA: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO	20
2.2 A EJA SOB À LUZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	28
2.3 O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES: HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO	39
2.4 A EJA no município de São Mateus/ES: legislação	42
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	45
2.1 Delineamento do Estudo	45
2.2 Local do Estudo.....	47
CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	49
3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	49
3.1.2 O Projeto de Leitura	62
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	63
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69
APENDICE A: QUESTIONÁRIO PESQUISA APLICADO AOS ALUNOS DA EJA	73
APENDICE B: PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	75

INTRODUÇÃO

De acordo com Carvalho (2010) em relação a alfabetização ou educação de adultos, o Brasil chegou ao final do século XIX, com tentativas que ocorreram de forma irregular e também deficiente. Até ingressar no período republicano, não existiam dados relativos à população adulta analfabeta. Somente no ano de 1900, que se começou a calcular o índice de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos, com uma porcentagem de 65,3% de analfabetos nessa faixa etária. Para Carvalho a elevada taxa de analfabetismo apresentava um indicador da marginalização econômica de amplos segmentos da população.

A principal medida para se evitar o analfabetismo em adultos teria sido a expansão de oportunidades educacionais no primário, que combateria a médio e longo prazo a elevada taxa de analfabetismo, no entanto a oferta de matrículas crescia de modo lento e limitado aos centros urbanos, permanecendo assim as deficiências qualitativas do ensino. Nos dias atuais, dentre as ações do governo para a redução do analfabetismo no país, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado em janeiro de 2001, e estabelece as diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino visando à formação e valorização do magistério e o financiamento e gestão da educação, durante dez anos. O plano já estava previsto no Art. 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. (BRASIL, 1988)

Entendemos como alfabetização a aquisição do código da escrita e da leitura. Alfabetizar é ensinar a ler e a escrever. No entanto, a alfabetização de jovens e adultos é um campo mais complexo, pois envolve questões que vão além do educacional, que estão relacionadas às desigualdades socioeconômicas em que se encontra grande parte da população do país (DURANTE, 1998). De acordo com dados do IBGE (2017), na região Nordeste considerada a mais pobre do País, a taxa de analfabetismo chega a 14,8%, o dobro da média nacional (7,9%). “Dos 11,8 milhões de analfabetos, 6,5

milhões estão na região Nordeste, o que significa metade do total nacional”. (IBGE, 2017)

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi debatida de forma relevante por Paulo Freire¹, pois para ele os homens devem se sentir sujeitos de seu pensar, discutir sobre ele, ter sua própria visão do mundo e manifestá-la implícita ou explicitamente. (FREIRE, 1987). As ideias de Freire contrariavam o método tradicional, onde o professor é o dono do saber. Para ele a educação ocorre com a troca mútua de experiências, onde, nesse processo, aprendem aluno e professor. Assim, é importante analisar a forma como é organizada a rotina entre professor e alunos, selecionar ou produzir os tipos de materiais utilizados em sala de aula e as atividades propostas aos alunos que refletirão as representações entre a educação e o educando.

A rotina apresentada no parágrafo anterior, pode ser um fator preponderante entre a permanência ou o abandono dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, pois o aluno que não tem domínio da leitura tem mais dificuldades no aprendizado das demais disciplinas, o que gera a repetência e a falta de motivação para continuar com os estudos. A importância de se investir na leitura entre os alunos da EJA, está no fato de que esses indivíduos fazem parte de uma sociedade letrada que cobra a leitura a todo instante, pois esses indivíduos não conseguem se colocar no mercado de trabalho, por mais simples e elementar que sejam as atividades profissionais.

A leitura representa um grande passo para a aquisição do conhecimento, pois permite que se adquira uma percepção singular do mundo. Além de oferecer também uma contribuição no funcionamento e desenvolvimento do pensamento crítico, permitindo que o leitor questione e avalie a vida, sob todos os aspectos. Dessa forma, a nossa intenção é a de pesquisar a possibilidade de se formar novos leitores que dominem a habilidade da leitura e que sejam capazes de posicionar-se criticamente diante de um texto. É imprescindível que o indivíduo seja capaz de fazer frente às demandas sociais da leitura e da escrita, e que consiga entender e se fazer entendido, de forma a versar sobre diversos assuntos distintos, como: sociedade, política, cultura, economia, entre outros assuntos presentes em seu cotidiano. Assim é importante analisar as dificuldades que impedem que os alunos da Educação de Jovens e Adultos concluam o ano letivo sem evadir-se do programa. Propomos como problema da

¹ Paulo Reglus Neves Freire foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

pesquisa: Como a leitura e a compreensão de textos podem influenciar na permanência dos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental “A” em São Mateus/ES?

O educando na EJA, concentra em si um contexto histórico, uma realidade social. São aqueles que voltam as escolas em busca de melhorar suas vidas, através do processo de aprendizagem. Na visão de Gadotti (2008, p.31):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...]

As realidades são distintas a cada aluno, que vivem num mundo de trabalho, família, grupos, que possuem responsabilidades tanto sociais quanto familiares, que possuem valores morais e éticos cunhados a partir de experiências pessoais, do lugar onde vivem e da realidade sociocultural em que estão inseridos.

O estudo apresenta como Objetivo Geral: Pesquisar como a leitura e a compreensão de textos podem influenciar na formação de leitores capazes de se posicionar criticamente frente a um texto e às demandas da sociedade.

Como Objetivos Específicos foram propostos nesse estudo

- Pesquisar a permanência e o abandono dos alunos da EJA na escola estudada.
- Relatar as experiências vivenciadas no dia a dia da sala de aula por professores e alunos da EJA e a importância da leitura e da compreensão de textos para esta demanda.
- Refletir sobre os resultados da pesquisa visando a melhoria da EJA no município de São Mateus/ES
- Analisar através de um Projeto de Leitura desenvolvido e aplicado por mim, quais as dificuldades em relação a leitura e interpretação, apresentadas pelos alunos das turmas de 7ª e 8ª séries finais do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos de uma escola do município de São Mateus-ES.
- Aplicar o projeto de leitura com a finalidade de propor algo diferenciado aos alunos da EJA e futuramente propor junto a secretaria de educação do município formações continuadas aos professores visando desenvolver com os alunos conteúdos que busquem o maior envolvimento da clientela EJA.

Com relação à Metodologia, utilizaremos a pesquisa qualitativa de natureza empírica, que busca dados relevantes e convenientes obtidos através da experiência, da minha vivência na sala de aula, pois parte da análise de fenômenos concretos (dificuldades de aprendizagem) em um campo específico, a EJA - Educação de Jovens e Adultos. Quanto aos seus objetivos da pesquisa, caracteriza-se como um estudo exploratório, que de acordo com Gil (2002), procura uma maior aproximação com o fenômeno para melhor elucidá-lo. Assim torna-se mais fácil a familiarização do com o objeto que está sendo investigado durante a pesquisa.

O campo escolhido para a ação foi uma instituição de Educação de Jovens e Adultos da cidade de São Mateus, região norte do Estado do Espírito Santo. Escola da rede municipal de ensino.

A nossa preocupação sobre o tema surge da necessidade de se estudar métodos de trabalhar com os alunos da EJA com propostas que evitem o abandono, que ocorre constantemente nas escolas públicas do país e que temos acompanhado na EMEF "A" em São Mateus/ES. Assim, é importante que as políticas públicas sejam mais realistas e direcione métodos e estratégias de ensino específicos, para a idade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Além de trabalhar os conteúdos sistematizados torna-se necessário aproveitar as experiências dos alunos, em uma perspectiva de análise crítica que provoque uma discussão permanente entre educadores e educandos e que transformem o panorama atual da Educação de Jovens e Adultos através da manutenção do direito à formação para o trabalho e para o exercício da cidadania dessa demanda excluída no processo de ensino regular. No entanto, para que essas políticas criadas funcionem de fato, é preciso antes que se descubram quais os motivos que levam esses alunos a abandonarem os estudos.

A educação de jovens e adultos é um tema amplo e que demanda de diversos estudos para melhor compreender seu desenvolvimento. No entanto, o presente estudo limita-se a analisar Leitura e compreensão de textos em uma escola do município de São Mateus, na região norte do Estado do Espírito Santo.

Para melhor organização, este estudo se norteará da seguinte forma: Capítulo 1 aborda a Introdução em que traz a apresentação do tema, a justificativa, os objetivos e a metodologia. Capítulo 2 traz o Referencial Teórico em que foram registrados os autores que nos deram suporte teórico para a escrita desta dissertação de Mestrado. O Capítulo 3 descreve a Metodologia em que discorreremos o método que nos mostrará o caminho para a condução da escrita, da pesquisa e da revelação dos resultados. O

Capítulo 4 faz um breve relato sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA e a legislação pertinente ao tema. Ainda contextualizamos o município e a escola em que a pesquisa foi desenvolvida. No Capítulo 5 são apresentados os dados e a discussão dos resultados com sugestão de um Projeto de Intervenção para o ensino educação de Jovens e Adultos na sala de aula e na escola. Após, apresentaremos as Considerações Finais e as Referências.

CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Neste capítulo apresentamos alguns autores os quais nortearam o nosso estudo, além de nos respaldar na legislação a qual alicerça a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) assegura a todos a igualdade de acesso e permanência na escola, bem como, ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar. É garantido ainda ensino fundamental gratuito e obrigatório, incluindo aí a Educação de Jovens e Adultos que é garantida a todo cidadão que não teve acesso a esse direito na idade própria ou que por algum motivo não concluíram o ciclo completo da educação primária. Essa modalidade de ensino surgiu com o intuito de preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho.

Através do Parecer CEB nº 11 de 10 de maio de 2000, (que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos) o Conselho Nacional de Educação estipulou, as funções e as bases legais da EJA fundamentadas na LDB, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. No ano de 2005, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, abrangendo a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio.

De acordo com as professoras das turmas acompanhadas no Projeto, dentre os alunos matriculados na EJA, existe um número expressivo cursando o segundo segmento - que compreende as turmas de 5ª a 8ª séries ou 3º e 4º ciclos - que apresentam dificuldades de leitura e interpretação de textos. Essa dificuldade pode ter sido um dos motivos do abandono e da evasão desses alunos quando em idade escolar. No entanto, existe uma série de fatores que influenciaram o abandono, considerando-se que os alunos da EJA possuem características multifacetadas, ou seja, são alunos que possuem diferentes características, como idade, classe econômica, situação social, dentre outras. Como nos mostra o resultado do questionário apresentado no Capítulo 3, as classes são formadas por jovens, maior parte com idade entre 15 e 18 anos, na maioria do sexo masculino e trabalhadores.

As dificuldades de leitura que esses alunos apresentam já as acompanham desde o início de sua alfabetização.

Não se sabe ao certo, as causas que levaram esses alunos a abandonarem os estudos (alguns alunos não haviam frequentaram a educação regular), as causas podem ser diversas como: como a falta de interesse, falta de incentivo por parte da família, necessidade de trabalhar, dificuldade no aprendizado, dificuldades financeiras, a reprovação, dentre outros. E muitos desses jovens se encontram, na Educação de Jovens e Adultos hoje, na condição de alunos trabalhadores. Sendo assim, é necessário que o aluno concilie os estudos com o corre-corre do cotidiano e as práticas sociais.

A LDB em seu Art. 3º preconiza que;

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

X – valorização da experiência extraescolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

[...].

A escola deve estabelecer relação entre a experiência de vida que o aluno carrega em sua bagagem e definir métodos de ensino que utilizem o conhecimento já existente. O ambiente escolar tem que propiciar aos estudantes, condições de inseri-los no mundo como cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e capazes de se posicionar criticamente.

Como o foco desse estudo é a leitura e compreensão de textos na educação de jovens e adultos, é importante citar as palavras de Paulo Freire: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]” (FREIRE,1981 p.9). Ou seja, é importante que na leitura ocorra interação texto/aluno. O leitor deve perceber e atribuir sentido ao texto, dessa forma é importante que lance mão de suas experiências, crenças, opiniões, interesses, bem como seu conhecimento de mundo.

Complementando, Lajolo (1986, p. 59) afirma:

Ler não é decifrar como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista.

Lajolo (1986) ainda dispõe sobre o que se espera do aluno da EJA: que este tenha capacidade de ler e atribuir significado ao texto de acordo com sua vivência discordando ou não do ponto de vista do autor. A interação texto/leitor virá com a

prática de leitura, uma vez que ser leitor é ter a compreensão do mundo e de suas transformações. A leitura é uma prática que deve ganhar cada vez mais espaço na escola e fora dela, pois permite que o indivíduo compreenda o mundo e sua maneira de nele atuar como cidadão cômico de seus direitos e deveres e de seu papel na sociedade.

É imprescindível que sejam adotadas medidas capazes de solucionar ou amenizar o problema da falta de habilidade na leitura oral e do entendimento do texto na EJA, em especial no segundo segmento para que este não chegue ao ensino médio sem o domínio da leitura.

O que se pretende com este estudo é analisar o papel da leitura na Educação de Jovens e Adultos e os benefícios que traz para a vida dos educandos, tornando-os cidadãos pensantes, críticos e reflexivos em relação aos acontecimentos cotidianos sem esquecer que essa modalidade de ensino é formada por um público diversificado, e que já traz consigo uma grande bagagem sociocultural.

No Brasil um percentual elevado: uma média de 15 a 17,4% de adolescentes e jovens ainda não concluíram o ensino fundamental, fato esse que está relacionado à “[...] desigualdade social em tempos de exclusão, miséria e falta de emprego, terra, de teto e de condições dignas de vida impostos a uma parcela significativa da população” (HAGGE, 2001, p. 2). Essa e outras situações fazem com que as pessoas menos favorecidas econômico e socialmente enfrentem mais dificuldades no acesso à escola e também em permanecer nela, constituindo e ampliando cada vez mais o número de homens e mulheres que adentram a modalidade EJA em todo o país (HAGGE, 2001).

De acordo com os É característica dessa modalidade de ensino a “[...] diversidade do perfil dos educandos, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontra à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e à motivação pela qual procuram a escola” (CEEBJA, 2006b, apud BERNARDIM, 2006, p. 99). De acordo com a publicação do Ministério da Educação, trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos – Alunas e Alunos da EJA, “uma das principais características do aluno EJA é a sua baixa autoestima” (BRASIL, 2006, p. 16), reforçada pelas situações de fracasso escolar, ou seja, a sua eventual passagem pela escola muitas vezes é marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Já que seu desempenho pedagógico anterior foi comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma

autoimagem fragilizada, expressando sentimento de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (BRASIL, 2006).

Jovens e adultos acabam por abandonar os estudos por diversos motivos, entre os quais: dificuldade de aprendizagem, esgotamento físico, falta de motivação para aprender (FORTUNATO, 2010). Alguns não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola. Uma parcela significativa da população que abandona a escola após um tempo variável reconhece a falta de conhecimento e/ou ensino em suas vidas retornando assim aos bancos escolares (CERATTI, 2008).

Souza (1994) realizou estudos que visam compreender os sentimentos e as expectativas com relação à escola e as representações dos alunos dos jovens e adultos (EJA) que tiveram passagem pelo ensino regular. Com estes estudos, a autora afirma que, depois de vivenciarem um tempo longe da escola e retornarem, eles percebem que o valor dado a ela vai se fortalecendo e assim apontam para o fato da escola ser algo essencial para suas vidas e um meio para a ascensão social.

Para Freire (2006), não basta ensinar, mas sim preparar o aluno para viver em sociedade, e nada melhor do que permitir que esses alunos se apropriem da leitura de modo que possam, através dela, desenvolver o senso crítico e reflexivo em relação aos textos que lhes se são apresentados, e assim, possam entender e compreender o porquê das coisas.

Oliveira (2009, 15) aponta para uma análise a respeito do currículo e das práticas curriculares apropriadas aos perfis e necessidades dos estudantes da EJA. A pesquisadora apresenta, também, o conceito da estrutura do conhecimento em redes, e evidencia “que o currículo mais adequado é aquele que estabelece relações ou ligações com a vida dos educandos e critica a fragmentação e a infantilização dos currículos destinados aos jovens e adultos”.

Segundo Ferreiro e Palácio (1987, p. 16-17):

O processo de leitura emprega uma série de estratégias. Uma estratégia é um amplo esquema para obter, avaliar e utilizar informação. A leitura, como qualquer atividade humana, é uma conduta inteligente. As pessoas não respondem simplesmente aos estímulos do meio; encontram ordem e estrutura no mundo de tal maneira que podem aprender a partir de suas experiências, antecipá-las e compreendê-las.

Os pesquisadores, citados anteriormente consideram que a partir do momento em que existe automação da decodificação, o leitor principia um complexo caminho de estratégias para a leitura, recorrendo a recursos que simplificam sua compreensão

do texto permitindo que este retire do texto o máximo de informações para que a EJA cumpra realmente o seu papel social e educacional.

2.1 EJA: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

Alfabetizar os jovens e adultos que não tiveram acesso ou abandonaram o ensino por algum motivo, ajuda a construir uma perspectiva de mudança na vida desses indivíduos. O analfabetismo não é uma questão apenas educacional, não se trata apenas de ensinar/aprender a ler e escrever, é importante valorizar essas pessoas integrando-as à sociedade letrada tornando-as cidadãs e cidadãos cômicos de seu papel na sociedade.

Não faz muito tempo que a Educação de Jovens e Adultos passou a ser compreendida como uma modalidade da Educação Básica. Para Moreira (apud SCHWARTZ, 2012): “[...] aquela que toma para si o compromisso de resgatar os conhecimentos escolares para aqueles a quem ele foi negado na fase da vida em que se espera que eles ocorram”.

De acordo com Schwartz (2012, p. 99) alfabetizar jovens e adultos exige um longo processo que, muito mais do que:

Habilitar o aprendiz a ler, a produzir e compreender qualquer tipo de texto que desejar e/ou necessitar, precisa conduzir também para uma leitura crítica da realidade, auxiliando na percepção, conscientização e desejo de transformação quando a realidade assim demandar.

Ou seja, é muito mais do que codificar e decodificar os símbolos, é preciso que o aluno tenha a compreensão do que está sendo lido e assim adquirir maior conhecimento do mundo que o cerca, tornando-o um cidadão cômico de seus direitos e deveres na sociedade.

É preciso que a prática pedagógica, dê ao aluno a oportunidade de ter conhecimento do mundo e lhe oferecer meios que os permitam decidir seu próprio futuro numa sociedade, que caso a realidade o permita, poderão modificar, e assim contribuir para o desenvolvimento do senso crítico próprio.

Os estudos apontam para uma Educação de Jovens e Adultos existente, desde o período colonial, ao se considerar que os padres jesuítas da Companhia Missionária de Jesus, tinham como função básica de catequizar e alfabetizar na língua portuguesa os índios que viviam na colônia brasileira. Mesmo que nessa época a educação

tivesse um cunho específico voltado para as crianças, os “[...] indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 259).

Quando os jesuítas saíram do Brasil no ano de 1759, a educação de adultos entrou em colapso ficando a organização e emprego da educação sob a responsabilidade do governo. A partir desse momento a educação brasileira começou a ser marcada pelo elitismo. As aulas eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e do sexo masculino), excluindo-se as populações negras, indígenas e mulheres. E assim foi se delineando a história da educação brasileira, as classes dominantes monopolizando o conhecimento formal. (AGUIAR, 2001)

A Constituição Imperial de 1824, na busca de dar um significado mais amplo para a educação, garantiu a todos os cidadãos o direito a instrução primária. Porém de acordo com Medeiros (1999), essa determinação ficou apenas no papel. Em todo o Império discutia-se como inserir as chamadas classes inferiores (homens e mulheres, pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) no processo formal de escolaridade. Em 1834, o Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, que instituiu as Assembleias Legislativas, passou para as províncias a responsabilidade pela instrução primária e secundária de todas as pessoas, em especial para os jovens e adultos. A alfabetização de jovens e adultos era vista mais como um ato de caridade das pessoas letradas para com as pessoas perigosas e degeneradas, que era a “a massa de pobres brancos, negros livres, libertos e até mesmo, em alguns casos, escravos”, ainda segundo as Autoras “[...] era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” Stephanou e Bastos (2005, p. 261). Nesse sentido, a alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito e passa a ser um ato de solidariedade.

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho, apresentava o analfabeto como um indivíduo dependente e incompetente. Corroborando com essa ideia, no ano de 1881, a Lei Saraiva restringiu o voto às pessoas alfabetizadas. Em 1882, Rui Barbosa, declara que “[...] os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios” (STEPHANOU & BASTOS, 2005, p. 262). O preconceito contido na frase de Rui Barbosa desvaloriza a criança por considera-la incapaz e reduz o adulto a mesma situação de incapacidade.

No ano de 1891, a Constituição Republicana, restringiu o voto às pessoas letradas e com posses, ou seja, uma pequena minoria da sociedade. A exclusão da pessoa analfabeta passou a ser garantida por lei. Ao invés de evoluir, pois além restringir o voto por natureza econômica ou social, agora a falta de instrução também se tornava fator impeditivo, a República retrocedeu, pois passou a considerar o analfabeto como um indivíduo dependente e incompetente.

No início do século XX se instaurou no Brasil uma grande mobilização social, que pretendia erradicar o analfabetismo. Este passou a ser considerado o motivo do subdesenvolvimento do país. No ano de 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo com o intuito de lutar contra a ignorância e estabilizar a grandeza das instituições republicanas. O analfabetismo era considerado uma calamidade pública, uma praga, que deveria ser exterminada. “Era preciso transformar a pessoa analfabeta em um ser produtivo capaz de contribuir para o desenvolvimento do país”. (STEPHANOU & BASTOS, 2005, p. 262-264).

As mudanças ocorridas na economia do país, como a Crise do Encilhamento, que provocou uma crise financeira e institucional, no período entre a Proclamação da República e o início da década de 1920, provocaram também mudanças no âmbito da educação. Nesse período surgiu a Escola Nova² e mais adiante Paulo Freire apresentou as ações de sua Pedagogia juntamente com os movimentos sociais. O Censo de 1920 apurou que o percentual de analfabetos maiores de 15 anos era de 64,9%, contra 65,3% em 1900. No ano de 2017 esse percentual caiu para 7,2% da população de 15 anos ou mais de analfabetos no país, segundo dados do IBGE.

Iniciativa relevante em relação à educação de jovens e adultos ocorreu a partir de 1928, no Distrito Federal. A reforma educacional promovida pela legislação reorganizou os antigos cursos populares para adultos sob uma nova nomenclatura ‘cursos populares noturnos’. Os cursos ofereceriam ensino primário em dois anos, e abrangeriam noções de higiene e elementos de cultura geral. As mudanças provocaram um aumento significativo no número de matrículas nos cursos noturnos. Assim, passou-se a considerar a educação escolar como um instrumento essencial de inclusão social, tanto por educadores, quanto por uma extensa parcela da população que aspirava por um lugar nesse processo. (CARVALHO, 2010)

² Foi um movimento de educadores europeus e norte-americanos, organizado em fins do século XIX, que propunha uma nova compreensão das necessidades da infância e questionava a passividade na qual a criança estava condenada pela escola tradicional.

Na década de 1940, a educação de jovens e adultos voltou a compor a lista de prioridades do país. No ano de 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, suas pesquisas permitiram a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, que visava realizar programas capazes de expandir e incluir o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. A regulamentação do fundo ocorreu em 1945, e estabelecia que 25% dos recursos fossem destinados à educação de adolescentes e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos estava em alta na década de 1940 e em 1946 foi criada a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo e em 1947 foi criado um programa nacional, que previa atender especificamente às pessoas adultas, através do Serviço de Educação de Adultos – SEA. O SEA visava reorientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Essa movimentação em relação à educação de adolescentes e adultos que durou até o fim da década de 1950 ficou conhecida como a primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos.

De acordo com Soares (1998), os conceitos de analfabeto x alfabetizado passaram por algumas variações conforme as condições sociais e históricas. O autor cita como exemplo, o conceito de alfabetizado, que até a década de 1940, o Censo definia como o indivíduo que sabia assinar o nome. Nesse período era exigido apenas, que as pessoas soubessem desenhar o nome para votar ou assinar os contratos de trabalho. Até então, as condições sociais, culturais e políticas do país, não pleiteava muito mais que isso da maior parte da população.

A partir da década de 1940, o Censo mudou sua forma de questionar o indivíduo, passando a perguntar se sabia ler ou escrever um bilhete simples. Com o uso desse critério houve um avanço em relação ao anterior, pois indicava uma preocupação com o uso social da escrita, assemelhando-se ao conceito de letramento que se tem hoje.

Porém, em um idioma não intercorrem variações apenas dos conceitos. É possível que novas palavras sejam incorporadas na língua, ao surgirem novas ideias ou então, quando novos fatos ocorrerem. O termo analfabeto é muito conhecido, ou seja, pessoa que não conhece o alfabeto, e não sabe ler nem escrever. Quanto às pessoas em estado de alfabetizadas, ou seja, que sabem ler, surgiu a palavra alfabetismo, que consta nos dicionários da língua portuguesa, porém o termo

letramento, vem sendo utilizado com mais frequência nos estudos apresentados sobre leitura e escrita.

Desta forma, à medida que a sociedade se tornou mais centrada na escrita, uma nova realidade surgiu: não basta apenas saber ler e escrever, mas é preciso saber fazer uso do sistema alfabético, saber responder às exigências de leitura e de escrita presentes na sociedade letrada. Por isso, o recente surgimento da palavra letramento, em detrimento da palavra alfabetismo, a qual não é muito comum e usada com frequência (MARTINS, 2006, p. 29)

A pressão internacional para a erradicação do analfabetismo nas ‘nações atrasadas’ foi um dos motivos do surgimento da Primeira Campanha Nacional de Alfabetização, pressão essa ocasionada pela criação da Organização das Nações Unidas – ONU e do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, após o fim da Segunda Grande Guerra em 1945, a educação foi considerada o meio de desenvolver essas nações. O momento histórico interno vivido pelo país, também exigia dos cidadãos, “[...] que diante da lei, estivessem aptas a exercer o direito do voto no caminho da democratização” (MEDEIROS, 1999, p. 182).

No ano de 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, para atender a população de analfabetos que vivia no meio rural. Em 1958, a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos ocorrido no Rio de Janeiro, permitiu que fossem dados os primeiros passos para a discussão de um novo método pedagógico para a educação de adultos e romper com o preconceito que atingia as pessoas analfabetas. Nessa época que começou a ser moldada a pedagogia de Freire, o pedagogo defendia que o desenvolvimento educativo devia acontecer contextualizado às necessidades essenciais das pessoas educadas, “com” elas e não “para elas”, Freire defendia que “[...] o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas” (FREIRE, 1958 *apud* STEPHANOU & BASTOS, 2005, p. 268).

Em resposta às críticas do Congresso, foi criada em 1958 a Campanha de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, com o objetivo de criar projetos-polos com atividades que se integrassem a realidade a cada município. No entanto essa campanha pouco se diferenciou das demais. Nesse período surgiram diversos movimentos sociais no país, tais quais: Movimentos de Educação de Base (1961, CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal).

Esses programas, influenciados pela pedagogia de Freire, reconheciam o analfabetismo, não como a causa da pobreza, e sim como um efeito da sociedade injusta e desigual.

Em 1964, ocorreu o Golpe Militar³ no país, nesse período os programas que visavam à transformação social foram bruscamente interrompidos, retomando a educação como forma de homogeneização e controle de pessoas. Em 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização⁴ (MOBRAL), que restringia a alfabetização à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem se preocupar se o aluno adquiriu a compreensão contextualizada dos signos. O Mobral foi extinto em 1985, quando se iniciou a Nova República⁵.

De acordo com Oliveira (2007, p. 4), com a República Nova ocorreu a primeira explicitação legal dos direitos dos cidadãos não escolarizados na idade ideal, como destaca:

O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escola. (OLIVEIRA, 2007, p. 4)

Ressalta-se que a Emenda Constitucional nº 14/96, estabelece que a União, deve investir, nunca menos do que trinta por cento dos recursos constantes no *caput* do Artigo 212, (que até então eram dezoito por cento no mínimo), em medidas que visem à erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental no país.

Art. 5º [...]

§ 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o *caput* do art. 212 da Constituição Federal. (BRASIL, 1996)

³ Eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1.º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, também conhecido como Jango.

⁴ Órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, que visava substituição ao método de alfabetização de adultos preconizado pelo educador Paulo Freire.

⁵ Período da História do Brasil iniciado com o final da Ditadura Militar (1985) até os dias de hoje. Iniciou com a saída do general Figueiredo da presidência do Brasil e a entrada de um civil no cargo, José Sarney. Também conhecido como Sexta República.

A nova constituição de 1988 prevê que todas as pessoas tenham direito à educação, no entanto é na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que a Educação de Jovens e Adultos, realmente se constituiu “[...] como modalidade de Educação Básica concebida como um modelo diferenciada do ensino regular [...] e “[...] assumindo concepções e práticas construídas a partir das décadas de 50 que viam o jovem e o adulto como sujeitos da própria aprendizagem.” (FREIRE, 1988).

Foi somente em 1996, que o governo federal criou um novo programa nacional de alfabetização, o Programa Alfabetização Solidária – PAS, considerado um *replay* das campanhas idealizadas nas décadas de 1940 e 1950. Em 1998 o governo lançou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculado essencialmente ao INCRA, universidades e movimentos sociais, que buscava atender a população nas regiões de assentamento.

No ano de 2003, foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, com ênfase no trabalho voluntário, que previa a erradicação do analfabetismo em quatro anos, atuando sobre uma população de 20 milhões de pessoas, porém a mudança do Ministro da Educação, em 2004, provocou a reformulação do programa, retirando a meta de erradicar o analfabetismo em 4 anos.

Porém, apesar dos esforços o século XXI encontrou o país com um alto índice de pessoas que não possuem o domínio sobre a leitura, escrita e as operações básicas da matemática.

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

Percebemos que as medidas, programas e campanhas realizadas no país ainda não foram capazes de sanar os problemas que já persistem desde a época do Brasil Colônia, embora o governo federal venha adotando medidas que abrangem o desenvolvimento de programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atender aos indivíduos com defasagem nos estudos em relação a idade. Dentre as medidas apresentadas pelo governo é possível citar o sistema de pagamento de bolsas aos alfabetizadores e coordenadores de turmas, repasse de recursos

financeiros pelo Ministério de Educação e Cultura/ Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação – MEC/FNDE aos estados e municípios por meio de transferência automática para financiamento das seguintes ações: formação de alfabetizadores, aquisição de gêneros alimentícios para a merenda e, também, de materiais escolares, pedagógicos, didáticos e literários, e de apoio ao professor em geral.

Alguns não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola. Há casos também em que o indivíduo, já tendo tido contato com a escola em uma fase de sua vida, sente vergonha em retornar aos bancos escolares ou não consegue conciliar o horário para realizar o ingresso na modalidade de ensino regular, optando pela inclusão na EJA (CERATTI, 2008).

De acordo com Beisiegel (1997, p. 31)

A educação de jovens e adultos analfabetos é sabidamente um processo difícil. Trabalho em geral pesado durante o dia, escassa disponibilidade de tempo, ausência de incentivos nas rotinas do cotidiano para a prática do aprendizado adquirido, entre outros fatores, responderiam por grandes índices de evasão, problemas de aprendizagem, regressão ao analfabetismo e precário rendimento dos cursos. Essas dificuldades, que são reais, naturalmente não podem justificar o abandono das atividades. Pelo contrário, impõem a procura e a adoção de procedimentos adequados à natureza dos desafios colocados pela EJA.

Para Freire (2006), não basta ensinar, mas sim preparar o aluno para viver em sociedade, e nada melhor do que permitir que esses alunos se apropriem da leitura de modo que possam, através dela, desenvolver o senso crítico e reflexivo em relação aos textos que lhes se são apresentados, e assim, possam entender e compreender o porquê das coisas.

Segundo Ferreira e Palácio (1987, p. 16-17):

O processo de leitura emprega uma série de estratégias. Uma estratégia é um amplo esquema para obter, avaliar e utilizar informação. A leitura, como qualquer atividade humana, é uma conduta inteligente. As pessoas não respondem simplesmente aos estímulos do meio; encontram ordem e estrutura no mundo de tal maneira que podem aprender a partir de suas experiências, antecipá-las e compreendê-las.

A alfabetização no sentido de ensino das habilidades de codificar e decodificar, ou seja, transformar, corretamente, a escrita no seu correspondente oral e a linguagem oral em seu correspondente escrito, foi levada para a sala de aula, ao fim do século XIX, com a criação de diferentes métodos de alfabetização, são eles: métodos sintéticos (silábicos ou fônicos) e os métodos analíticos (global),

responsáveis por padronizar o aprendizado da leitura e da escrita. Foram criadas cartilhas relacionadas a esses métodos que foram utilizadas amplamente como livro didático para o ensino da alfabetização. (MORTATTI, 2000).

2.2 A EJA SOB À LUZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Apesar das diversas tentativas de erradicar o analfabetismo no Brasil, essa ainda é uma questão recorrente no país. E combater o analfabetismo entre os adultos continua sendo uma das metas para a educação no Brasil. Segundo dados do IBGE, o país possui 11 milhões de analfabetos. Dados do Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos, da Unesco, apontam que no Brasil existem problemas comuns à maioria dos países presentes no estudo, “as políticas de aprendizagem e educação de adultos de apenas 18% dos países tratam de minorias étnicas, linguísticas e religiosas. Somente 17% dos países tratam de imigrantes e refugiados e 17%, de adultos com deficiências”. (UNESCO, 2017)

O Estado Democrático de Direito na Constituição Federal de 1988, apresenta ações que consideram a educação como o tema principal entre todas reivindicações sociais da nação (BRASIL, 2010). Na LDB/96, a educação é apresentada como um direito de todos os membros da sociedade e em momento algum do documento ocorre declaração de segregação ou exceção e nem de priorização de classes.

Apesar disso, as políticas de governo, apresentam descontinuidade nas medidas aplicadas, que garantem o acesso e à permanência dos jovens e adultos na escola. Muitas dessas políticas não asseguram continuidade com a mudança de governos, até mesmo dentro de um mesmo período de governo.

No ano de 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – Lei nº 5.692/71, o Ensino Supletivo foi organizado em termos de cursos e exames, foi dedicado um capítulo inteiro a este ensino com cinco artigos. Inicialmente, a ideia era de que o ensino supletivo fosse algo temporário, para as pessoas que necessitavam provar a escolaridade no trabalho, no entanto, tornou-se um meio de ensino necessário, devido à crescente procura.

A LDB 5692/71 estabelece em seu Artigo 24 a função de “[...] suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade certa” (BRASIL, 1997).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 ampliou o dever do Estado para com a Educação de Jovens e Adultos. A Constituição Federal do Brasil em seu Artigo 205 tem como princípio que toda e qualquer educação preza pelo desenvolvimento pleno da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania qualificando-a para o trabalho. O Art. 2º da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 apresenta as pessoas e os educandos como um universo de referência sem limitações. E assim a Educação de Jovens e Adultos – EJA passa a ser contemplada na legislação nacional promovendo a igualdades de acesso à educação como um bem social a todos os cidadãos.

A importância das considerações ora apresentadas não está só na representatividade de uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas por serem princípios gerais que foram transformados em direitos do cidadão e também em dever do Estado garantido até mesmo no âmbito da Constituição Federal. Dessa forma, o Art. 208/CF que foi alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, em seus Incisos I e VII, passaram a vigorar com as alterações a seguir:

- I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Dessa forma a Educação de Jovens e Adultos passou a ser um direito efetivado, constitucionalizado e convalidado por mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. A Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC é a responsável por atender as necessidades da EJA.

No ano de 1996, foi aprovada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96, que definiu a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, determinou que o atendimento a esse público ocorresse de forma a atender aos seus interesses (dos alunos) e necessidades possibilitando um a realização de um trabalho diferente do realizado com as crianças.

O PNE – Plano Nacional de Educação, em suas metas 9 e 10, discorre sobre a a educação de jovens e adultos. As metas focam na universalização da alfabetização, na diminuição do analfabetismo funcional e na conexão da EJA com a

educação profissional. A meta 8 do plano também faz referências a EJA uma vez que a mesma almeja “[...] elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano” (BRASIL, 2014, p.11).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, ocorreu uma ruptura importante de uma sequência de decisões em curto prazo, pois ela garantiu aos planos de educação uma validade de dez anos, tornando-os articuladores dos sistemas de educação (BRASIL, 2014). A Emenda garante ainda “[...] educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009).

São necessárias atitudes imediatas para minimizar os processos de exclusão e marginalização social que sofrem os alunos da educação de jovens e adultos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNAD/IBGE, de 2012, revelam que entre a população de 15 anos ou mais há uma incidência de 8,7% de analfabetos e 30,6% de analfabetos funcionais.

A seguir serão apresentados documentos que visam regulamentar a educação de jovens e adultos no Brasil.

a. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

Aqui, estaremos pontuando a responsabilidade da EJA sob a luz da nossa Carta Magna em respaldar a estrutura educacional para atendimento à EJA, como modalidade de ensino considerando em sua organização e oferta, as situações, os perfis, as faixas etárias dos jovens e adultos que buscam uma oportunidade de escolarização.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos a Constituição Federal em seu Artigo 208, a assegura como um direito de todos:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
 I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
 VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Constituição de 1988 é considerada a mais avançada quanto à educação e cidadania. Foi elaborada em uma época que havia grandes expectativas e esperanças diante da possibilidade da abertura política no país, pois, ocorreu logo após o período

da ditadura militar⁶ (1964) e o começo da redemocratização da sociedade que ansiava por dias melhores e liberdade para o povo em geral.

Dentre todas as constituições brasileiras, a de 1988 é a que possui o maior capítulo dedicado à educação. São dez artigos específicos, (205 a 214), que, no entanto, não atenderam à demanda acumulada ao longo da história, para com a educação dos adultos e das classes populares.

As categorias de docentes tiveram atendidas algumas reivindicações significativas, destacando-se a consagração da educação como um direito público e subjetivo, (Art. 208, § I), também o princípio da gestão democrática no ensino público (Art. 206, VI). Ao consagrar a educação como direito público, garante o direito à educação dos alunos da EJA, a Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009 promoveu alterações no Art. 208/CF que passou a vigorar com as seguintes mudanças:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

VII - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

A primeira referência direta feita à educação de jovens e adultos no texto constitucional enfatiza a obrigatoriedade do ensino fundamental, para aqueles que não o encerraram na idade própria. Alguns autores consideram inadequado o uso do termo “idade própria”, pois o mesmo permite entender que existe uma idade adequada para aprender, o que torna a educação de jovens e de adultos uma política compensatória, com o objetivo de recuperar a escolaridade que não ocorreu na infância e na adolescência, que são as idades consideradas apropriadas.

São direitos já constitucionalizados e permeados de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Ao declarar a EJA como um direito é necessário que se constitua uma política de acesso adequado e que garanta a permanência e o

⁶ **Ditadura militar no Brasil** ou **Quinta República Brasileira** foi o regime instaurado em 1 de abril de 1964 resultante da união de civis e militares para derrubar o presidente João Goulart, dando um golpe de Estado tramado dentro e fora do país. (NAPOLITANO, 2014)

desenvolvimento desses jovens e adultos no sistema escolar, em cumprimento das normas constitucionais, apresentados acima.

As conquistas legais adquiridas com a Constituição Federal de 1988, que reconheceram a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica, deu início a procura pela oferta e ampliação do número de vagas financiadas, por estados e municípios. Permitiu também a descentralização dos recursos e do poder de decisão sobre as políticas educacionais.

Apesar da atual constituição – 1988, garantir a jovens e adultos o direito a educação, na década de 1990 com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF – essa modalidade de ensino foi marginalizada, graças a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de maio de 1996, que inviabilizava o repasse de recursos para a EJA e privilegiava o ensino fundamental regular de crianças e adolescentes (7 a 14 anos).

A emenda constitucional apresentava como pretexto para a limitação na distribuição do recurso, a prevenção do analfabetismo, assim os recursos antes destinados à educação de jovens e adultos, agora seriam destinados ao ensino fundamental regular, negando assim, o princípio da universalidade, da qualidade e da oferta gratuita de educação aos jovens e adultos. Para mascarar as estatísticas, a oferta e manutenção dos serviços da EJA ficaram a cargo de cada Unidade Federal, que informava no censo escolar as turmas de EJA como turmas “regulares” do ensino fundamental.

No governo subsequente, do presidente Fernando Henrique Cardoso foi aprovada no Congresso a Emenda Constitucional nº 14, em 12 de setembro de 1996, que alterava artigos da Constituição Federal de 1988, dando ao artigo 60, uma nova redação. As alterações visavam, permitir que a União intervisse nos Estados, caso estes não aplicassem o valor mínimo exigido por lei (artigo 34); reconsiderar o dever do Estado na oferta de ensino fundamental para aqueles que a ele não tiveram acesso em idade própria (Art. 211); detalhar os fundos investidos pela União na eliminação do analfabetismo e na manutenção do ensino fundamental.

Dessa forma o aluno da Educação de Jovens e Adultos teve seus direitos garantidos na Carta Magna de 1988 e ampliados através da EM nº 59/2009, com a criação de programas suplementares de material didático, direito ao transporte escolar alimentação e também a assistência à saúde.

Ao garantir a oferta de ensino gratuito e de qualidade, o que se espera é uma escola com padrão de qualidade que oportunize a todos os brasileiros e brasileiras independentemente de cor, raça, classe social, credo, sexo ou localização geográfica, a cursar uma escola que ofereça boas condições de funcionamento e de competência educacional, no tocante a pessoal, material, projeto pedagógico, recursos financeiros, entre outros, que é um preceito garantido a todos.

A CF/1988 em seu Artigo 5º incorporou como princípio que toda e qualquer educação tem como objetivo o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e para o melhor convívio social.

b. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamenta o sistema educacional, público e privado no país desde a educação básica até o ensino superior. Nela é reafirmado o direito à educação já garantida pela Constituição Federal de 1988 e estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado no que se refere à educação escolar pública e define as responsabilidades entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996 em seu Título V, capítulo II, trata da educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica e supera a dimensão de ensino supletivo, a Lei regulamenta a oferta da educação básica a todos aqueles indivíduos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

O seu Artigo 37 preconiza que:

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

Enfim, a LDB enfatiza o que já foi previamente definida pelo Constituição Federal de 1988, que é a garantia da Educação gratuita para todos os indivíduos independentemente da idade e do nível de escolarização. A escola deve priorizar e viabilizar meios de estimular o acesso e a permanência desses alunos trabalhadores em sala de aula, utilizando-se dos saberes adquiridos pelo aluno fora do ambiente escolar.

Considerando-se as discussões e determinações legais ao redor da educação de jovens e adultos, no dia 10 de maio de 2000, o governo aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. De acordo com essas diretrizes a EJA passou a ser reconhecida e valorizada como um direito, deixando para trás o conceito de ensino supletivo, substituindo a ideia de compensação e caridade pelas funções: Reparadora: reparar um erro diante da escolarização negada na idade própria; Equalizadora: significa oferecer igualdade de oportunidades; Qualificadora: representa uma educação permanente, por toda vida, sendo ela mais que uma função e sim o próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos.

c. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos

Elaboradas pelo Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) as Diretrizes precisam ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares da Educação de Jovens e Adultos e estabelece em seu Art. 5º, parágrafo único que:

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (BRASIL, 2000)

Entende-se assim, que a Educação de Jovens e Adultos se apresenta de forma diferenciada da Educação Básica, com identidade própria e que deve levar em considerações diferentes aspectos e situações apresentados pelos alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos estabelecem a necessidade de atender as particularidades dos alunos atendidos pela EJA, uma vez que essa, através da LDB 9394/1996, se tornou uma modalidade de ensino e precisa de diretrizes curriculares nacionais próprias.

É imprescindível que se conheça o perfil do estudante da EJA, pois considerar a diversidade desse público é um meio de promover a integração e favorecer a relação do mesmo com o seu universo e com o conhecimento escolar.

O Parecer foi formulado baseando-se em uma Educação de Jovens e Adultos, que tenha uma ação reparadora da sociedade, que afirma a escola no princípio da igualdade e da liberdade, garantindo a educação como um direito de todos e sendo o Estado responsável por prove-la, interferindo assim no campo das desigualdades e hierarquias sociais:

Mas a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. (PARECER CNE/CEB 11/2000 p.9)

Em destaque a importância de se estabelecer um currículo adequado para EJA, que não separe o ensino da vida em sociedade, pois em geral seus alunos são adultos e jovens que já estão inseridos no mercado de trabalho ou que buscam uma oportunidade de emprego e que já possuem um vasto conhecimento de mundo.

A organização da estrutura e da duração dos cursos de EJA foi definida de acordo com a CNE/CEB nº 1/2000 que em seu Art. 6º estabelece: “[...] cada sistema de ensino definirá a estrutura e duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitando as diretrizes curriculares nacionais, a identidade da modalidade de ensino e o regime de colaboração existente entre os entes federativos”.

d. Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001

O Plano Nacional de Educação (PNE) é responsável por determinar as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional por dez anos. O primeiro grupo apresenta metas estruturantes que garantem o direito a educação básica de qualidade, garantindo o acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. O segundo grupo de metas versa sobre a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, considerados caminhos imprescindíveis para a equidade. Quanto ao terceiro bloco de metas, este se refere a valorização dos profissionais da educação, sendo esta considerada estratégica para que se atinja as metas anteriores, já o quarto grupo de metas é destinado ao ensino superior.

O PNE é uma lei federal, que foi sancionada em 26 de junho de 2014, que prevê metas e estratégias para melhorar a qualidade no ensino do país, em um prazo de dez anos, abrangendo desde a educação infantil até a pós-graduação. Dentre as estratégias apresentadas no plano é possível citar melhorias em infraestrutura e a valorização do professor. Em seu texto o plano apresenta 20 metas que deverão ser cumpridas até 2024. No entanto, segundo dados do Observatório do PNE apenas 20% das metas e estratégias definidas para o ano de 2017 foi cumprida até o momento. (BRASIL, 2014)

O plano é um projeto que engloba a responsabilidade compartilhada entre a União, estados e municípios, buscando melhorar a qualidade da educação do Brasil. Por possuir um prazo de vigência de 10 anos, o plano se sobrepõe as gestões e aos mandatos, devendo dessa forma se manter ativo mesmo com as mudanças de condução político-partidária.

Em seu texto além das 20 metas, existem 254 estratégias relacionadas a cada uma das metas e 14 artigos que definem as ações que precisam ser realizadas no país. O plano possui diversos desafios para a próxima década dentre os quais é possível citar: alocar 10% do PIB na educação e matricular 3,2 milhões de crianças e adolescentes que estão fora da escola.

Para que as metas do plano sejam atingidas é preciso que todos os estados e municípios elaborem planejamentos específicos que fundamentarão o alcance dos objetivos propostos.

Quanto a Educação de Jovens e Adultos o plano prevê para até o ano de 2024, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir a taxa de analfabetismo funcional no país

para 13,5%. O plano destaca ainda a importância de se alinhar os ensinos fundamental, médio e profissionalizante, com o intuito de que ao menos 25% das matrículas d EJA integrem esses aprendizados até o ano de 2024.

e. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

Órgão vinculado ao Ministério da Educação, o FNDE é uma autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e que foi alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. É o responsável pela captação de recursos financeiros que serão utilizados para o desenvolvimento de diversos programas que visam melhorias na qualidade da educação brasileira. Os recursos são voltados para escolas públicas de ensino fundamental, nos municípios, estados, Distrito Federal e entidades não-governamentais (ONGs), em conformidade com uma estratégia educacional e diretrizes estabelecidas pelo MEC que compreendem, ações de pesquisa, de capacitação de professores e de policiamento do poder público por parte da sociedade.

Na área da Educação de Jovens e Adultos o FNDE financia vários projetos com foco na progressão da qualidade de ensino e no desenvolvimento de melhorias na estrutura física das unidades escolares, formação e capacitação de professores e técnicos, no ajuste e qualificação do material didático/pedagógico, bem como apoiar alternativas em metodologias mais atualizadas no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O FNDE realiza as transferências de recursos aos Municípios por meio de transferência automática e celebração de convênios. O FNDE atende a diversos programas de fomento a educação com repasses de recursos federais, dentre os quais é possível citar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Caminho da Escola, Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O FNDE busca inovar o modelo de compras governamentais, seus projetos e programas fazem do Fundo uma instituição de referência tornando-o o principal órgão de execução de políticas educacionais do Brasil.

De acordo com dados do Programa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, (2016), no Brasil 8% da população, ou seja, cerca de 12,9 milhões de brasileiros com idade acima de 15 anos, são analfabetos. Segundo dados do IBGE o mapeamento do analfabetismo no Brasil, coincidentemente, confere com o mapa de

desigualdades sociais, regionais e étnicas. A Região Nordeste é o local onde ocorre a maior taxa de analfabetismo com um percentual de 16,2%, correspondendo ao dobro da taxa média nacional e uma quantidade maior que três vezes do índice das Regiões Sul e Sudeste. A situação se agrava ainda mais no tocante a zona rural que chega a atingir 20,8% da população acima de 15 anos. Dentre os brasileiros com mais de 65 anos, 27,4% também são analfabetos.

A etnia também é um fator agravante no quesito alfabetização, em dados levantados pela Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio – PNAD do ano de 2013, neles é possível constatar que dentre o total geral dos analfabetos no país, 5,2% são brancos, enquanto que os negros e pardos somam mais que o dobro desse percentual, totalizando 11,5%.

Os dados do IBGE apresentam também dados sobre o número de 15 anos ou mais de idade frequentam os cursos de educação de jovens e adultos.

Figura 1: Pessoas de 15 anos ou mais que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino, grupos de idade, cor ou raça e sexo, segundo as Grandes Regiões – 2013.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, que frequentam cursos de educação de jovens e adultos ou supletivo								
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)							
		Nível de ensino		Grupos de idade		Cor ou raça (1)		Sexo	
		Funda- mental	Médio	15 a 24 anos	25 anos ou mais	Branca	Preta ou parda	Homem	Mulher
Brasil	1 239 743	58,9	41,1	37,0	63,0	33,3	65,5	43,0	57,0
Norte	178 052	68,8	31,2	43,5	56,5	22,4	74,0	41,7	58,3
Nordeste	445 856	70,8	29,2	36,1	63,9	21,5	77,3	41,1	58,9
Sudeste	363 269	46,1	53,9	34,7	65,3	41,7	57,9	44,7	55,3
Sul	159 176	46,6	53,4	40,4	59,6	63,0	36,7	48,3	51,7
Centro-Oeste	93 390	54,0	46,0	31,8	68,2	26,7	70,9	38,3	61,7

Fonte: IBGE (2016).

A Tabela 1 apresenta o percentual de jovens e adultos que frequentavam a EJA no Brasil no ano de 2013. A procura pela educação de jovens e adultos é maior no ensino fundamental do que no ensino médio, na maior parte das regiões do país, sendo a maior quantidade de pessoas com 25 anos ou mais e de cor/raça preta ou parda, sendo que as mulheres são a maioria.

2.3 O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES: HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

No ano de 1544, os primeiros colonizadores portugueses chegaram a São Mateus, região norte do Estado do Espírito Santo. Inicialmente Povoado do Cricaré, São Mateus, tornou-se município através do o Ato provincial de 03 de abril de 1848. A cidade foi rebatizada após receber na data de 21 de setembro de 1596, dia do Evangelista Mateus, a visita do padre José de Anchieta, data essa, na qual teve no município o início da colonização europeia.

A região do Porto de São Mateus faz parte da história do município com movimento intenso e seus trapiches (armazéns) sempre cheios de mercadoria para exportação. O Porto era um dos mais importantes da costa do país, graças a produção de farinha de mandioca, café e exportação de madeira. Porém, o que o tornava tão importante para Portugal era o fato de que nascia na Serra da Safira, no estado de Minas Gerais e alcançava as minas de ouro existentes na região de Ouro Preto. O porto foi também o responsável pelo desembarque de grande parte dos negros escravizados trazidos para o Brasil, nele foi apreendido o último carregamento clandestino na costa brasileira no ano de 1856 com 350 africanos.

No município de São Mateus a organização do sistema municipal de Ensino, é regido pelas principais bases de ordem legal do país, estado e município de acordo com a lei nº 327/2004:

Parágrafo único: [...]

- a) Constituição Federal e Estadual;
- b) Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional, Lei Federal nº 9.394/96;
- c) Lei Federal nº 9.394/96 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
- d) Lei Orgânica do Município de São Mateus;
- e) Legislação Federal, Estadual e Municipal aplicável ao setor,
- f) A presente Lei;
- g) Outras normas legais que venham a ser editadas e lhe sejam pertinentes.

Até o ano de 2004 a Educação de Jovens e Adultos no município era de responsabilidade do Governo do Estado, no entanto no início de 2005 essa responsabilidade foi transferida para o município, e regulamentada após três anos, através da Resolução nº 02, de 02 de abril de 2008.

A cidade teve a sua economia voltada para agricultura e pecuária e mais recentemente, a economia do município se fortaleceu com a produção de petróleo. A

fim de facilitar a exploração e transporte do petróleo no município foi criado o Terminal Norte Capixaba localizado em Campo Grande de Barra Nova, na Ilha de Campo Grande, no município de São Mateus. Por meio de iniciativas das empresas Aracruz Celulose S/A e Companhia Vale do Rio Doce, foram implantadas florestas de eucalipto que também contribuem para o fortalecimento da economia local.

Com uma área de 2.338,733 Km², segundo dados do IBGE 2017, estima-se que o município tenha uma população de 128.449 habitantes, mas no censo de 2010 a população oficial apresentada foi de 109.028 pessoas. A média de salário mensal no ano de 2015, era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18.0%.

De acordo com as informações do Instituto Jones dos Santos Neves, entre os anos de 2002 a 2015 o município de São Mateus deixou de fazer parte da lista dos dez municípios com Maior PIB do estado.

Dados mais recentes do IBGE, apontam para um PIB per capita em 2015/2016, no valor de R\$ 17.034,68. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 38 de 78. Em 2015, tinha 75.2% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 62 de 78.

O setor primário conglomerava as atividades agrícolas, pesca, pecuária e extrativa vegetal. No ano de 2015, o município de São Mateus, posicionou-se em segundo lugar no Ranking dos Cinco Municípios com maior Valor Adicionado – VA – do Setor Primário no estado, essa colocação se deu devido, principalmente, ao crescimento da produção da pimenta do reino e da cana-de-açúcar. (NARDOTO, 2016)

Dentre as atividades primárias mateenses, possuem relativo destaque as extrações de petróleo e gás natural, a silvicultura e a plantação de coco verde. O município é hoje um importante produtor da Silvicultura no estado, graças a suas florestas de eucalipto, no entanto, também merecem destaque as culturas de macadâmia, café, pimenta do reino e, em menor escala, a fruticultura e a pecuária. (NARDOTO, 2016)

As primeiras descobertas de jazidas produtivas de petróleo e gás natural do Espírito Santo ocorreram em São Mateus, no ano de 1967. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, até o ano de 2016 haviam sido perfurados no município 90 (noventa) poços de petróleo, produzindo um total de 5,34 milhões de metros

cúbicos de óleo e 309,91 milhões de metros cúbicos de gás associado. (NARDOTO, 2016)

A produção de eucalipto apresenta-se como a principal cultura presente no município. O município é o terceiro maior produtor do estado, ficando atrás de Aracruz e Conceição da Barra, com uma área produtiva de 45.066 hectares cultivados, até o final de 2016. Foi inserida pela Aracruz Celulose na cidade no início da década de 1970. Em 2016 foram colhidos 1.864.396 metros cúbicos desta madeira, dos quais 1.753.287m³ foram destinados à produção de papel e celulose, 3.622m³ para a produção de lenha, além de outras 5.804t que foram destinadas a produção de carvão. (NARDOTO, 2016)

São Mateus destaca-se nacionalmente por ser o terceiro maior produtor de coco verde do Brasil. Em 2016 o município apresentava uma produção de aproximadamente 18 milhões de frutas por ano em uma área de 2.350 hectares. Este valor representa 3,66% da produção nacional, 25% da produção da Região Sudeste e aproximadamente 48% da produção capixaba. (NARDOTO, 2016)

A produção de macadâmia confere ao Estado o título de segundo maior produtor deste fruto no Brasil. Inserida em São Mateus por volta da segunda metade da década de 80, apresentou em 2016 uma produção de pouco mais de 480ton da noz, no entanto já chegou a produzir cerca 800ton anuais, em aproximadamente 500ha de área plantada. Vale ressaltar que, desta produção total, cerca de 98% é exportada para Estados Unidos e China. (NARDOTO, 2016)

No município, destaca-se a produção de café da variedade Conilon, sendo o sexto maior produtor deste no estado. Segundo o IBGE, em 2016 foram produzidas 9.750 mil toneladas deste grão em 12.500ha. O rendimento médio foi de 780kg/há (quilos por hectare), gerando uma receita aproximada de 60 milhões de reais. (NARDOTO, 2016)

O Estado do Espírito Santo apresenta-se como segundo maior produtor de pimenta do reino do Brasil, sendo São Mateus seu maior produtor. Em 2016 o IBGE estimou uma produção de 2.960 toneladas em 1.850ha de área plantada, conferindo um rendimento médio de 1.600 quilos por hectare e gerando uma receita aproximada de 68 milhões de reais. (NARDOTO, 2016)

Não há no município destaque para outra cultura frutífera que se não a de coco. No entanto, pode-se salientar que no ano de 2016 houve a produção de 2.250 toneladas de banana, 2.320 toneladas de limão, 28.050 toneladas de mamão, 75

toneladas de manga, 900 toneladas de maracujá e 210 toneladas de uva. (NARDOTO, 2016)

Em 2016 o IBGE estimou no município um rebanho de 69.859 bovinos, 5.100 suínos, 1.679 ovinos, 361 bubalinos, 2.555 equinos, 256 caprinos e 42.040 galináceos, sendo deste total, 8.443 galinhas. Também se pode salientar que a cidade produziu 7 milhões de litros de leite, 23 mil dúzias de ovos de galinha e 15.120 mil quilos de mel de abelha. (NARDOTO, 2016)

O setor secundário envolve as atividades da indústria extrativa, de transformação, construção civil e prestação de serviços de utilidade pública. O setor possui o segundo maior peso na estrutura do PIB do estado. Assim como o setor terciário, esse setor apresenta alto grau de concentração econômica.

Em 2016, 6,45% da população ocupada trabalhava na indústria de transformação, sendo que 245.387 mil reais do PIB municipal são do valor adicionado bruto da indústria (setor secundário), que se configura atualmente como a menor fonte geradora do PIB mateense dentre os três setores de produção. Ainda assim, a indústria é o setor que vem apresentando maior crescimento dentro do município. Isto se dá pela instalação de plantas industriais tais como o Terminal Norte Capixaba e as fábricas de automóveis da Volare e da Agrale.

Figura 2: Mapa do Espírito Santo com destaque para São Mateus



Fonte: Google Maps (2018)

2.4 A EJA no município de São Mateus/ES: legislação

O Governo do Estado desde 1990, já planejava uma política de municipalização do ensino transferindo os encargos e responsabilidades para os municípios, para

tanto, foram promulgadas leis referentes a esta política que resultaram em convênios firmados o Estado e os municípios. No município de São Mateus a Educação de Jovens e Adultos foi municipalizada no ano de 2005, ano em que muitos municípios aderiram a essa política. (SEDU, 2005)

No município o atendimento da EJA ocorre em dez (10) escolas, a saber: EMEF “A”, EMEF Bom Sucesso, EOCORM Córrego Seco, EMEF Dora A. Silves, EMEF Dr. Arnóbio A. de Holanda, EMEF Km 35, EMEF Maria Francisca N. Coutinho, EMEF “A”, EMEF Prof João P. Bandeira, EMEF Roseli Pires Clemente. (SEMED - SÃO MATEUS)

No ano de 2017 1º semestre, as escolas acima citadas, juntas, matricularam um total de 240 alunos no primeiro segmento (1ª a 4ª etapa) e 1.062 alunos no 2º (segundo) seguimento (5ª a 8ª etapa), da Educação de Jovens e Adultos. (SEMED - SÃO MATEUS)

A Educação de Jovens e Adultos no município de São Mateus foi regulamentada através da Resolução nº 02, de 02 de abril de 2008, em que o Conselho Municipal e Educação de São Mateus, Espírito Santo regulamenta e estabelece normas para oferecimento da Educação de Jovens e Adultos-EJA. (SEMED - SÃO MATEUS)

O documento visa resgatar a qualidade da educação oferecida nos cursos noturnos do Ensino Fundamental, bem como assegurar aos alunos a formação básica que lhe é de direito e vital para que conquiste a melhora nas condições de vida.

A Resolução em foco leva em consideração que os alunos da EJA, em muitos casos já são trabalhadores experientes ou que buscam sua posição no mercado de trabalho, e que por possuírem mais experiência de vida apresentam um olhar diferenciado sobre as coisas da existência.

Esses alunos por motivos diversos não frequentaram ou evadiram da escola em idade regular, e agora retornam as salas de aulas em busca de conhecimento, desenvolvimento social e da certificação necessária para o mercado de trabalho, e mais qualidade de vida.

O documento regulariza todo o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos do Município, estabelecendo normas para as matrículas, o currículo (com as disciplinas obrigatórias da base nacional comum e as disciplinas que são os temas transversais), a avaliação, classificação e reclassificação dos alunos, a organização do curso, certificação e a matrícula e transferência.

Em seus Art. 1º. e 2 a Resolução nº 02, de 02 de abril de 2008 (SÃO MATEUS, 2008, p. 01) determina que:

Art. 1º. A instituição de ensino que oferece a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de São Mateus deverá observar a legislação em vigor e os preceitos desta Resolução.

Art. 2º. A clientela matriculada será composta de jovens e adultos excluídos prematuramente do sistema de ensino e que retornam aos bancos escolares em busca dos conhecimentos do desenvolvimento social e da certificação exigida para o mercado de trabalho ou seu crescimento pessoal/ cultural.

Assim, é visível que para a Educação de Jovens e Adultos o município possui legislação própria, que foi criada com base em outras Leis Complementares, como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Parecer CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000, que institui as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos e suas especificidades, Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, entre outras.

A escola estudada iniciou o primeiro semestre de 2017, com 132 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos da 1ª a 8ª etapa. As turmas avaliadas para esse estudo 7ª e 8ª etapas tinham respectivamente 35 e 38 alunos cada, no entanto, quando o presente estudo teve início, frequentavam as aulas 21 e 19 alunos em cada turma, ou seja, 40% dos alunos da 7ª etapa e 50% dos alunos da 8ª etapa abandonaram a sala de aula.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

2.1 Delineamento do Estudo

Para a realização da pesquisa foram utilizadas como técnicas para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo.

Para Lakatos e Marconi (1992), pesquisa bibliográfica é a investigação da bibliografia já publicada, em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, e em sites especializados sobre o assunto. Esse tipo de pesquisa permite que pesquisador entre em contato direto com o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando-o na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela é o ponto inicial da pesquisa científica.

O questionário, apresentado no apêndice do estudo, utilizado para a pesquisa de campo contará com 12 questões de cunho qualitativo e quantitativo que foi elaborado com base em leituras de teses e dissertações. O questionário articula 9 (nove) perguntas objetivas, que implica em dois questionamentos previamente formulados e 4 (quatro) perguntas dissertativas em que os pesquisados têm a possibilidade de percorrer o tema proposto, sem respostas ou categorias preestabelecidas, apreciando o nível de conhecimento dos alunos. O estudo aplicará também um Projeto de Leitura junto aos alunos do 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos - que corresponde à etapa de 6º a 9º ano - 7º e 8º ano, optou-se para trabalhar com os alunos do 7º e 8º ano? Para uma melhor percepção do grau de leitura que os alunos seguirão para o ensino médio, bem como para explorar o nível de conhecimento dos mesmos quanto a leitura e a interpretação de textos, e quais as medidas a serem tomadas para se detectar e levantar as dificuldades de leitura e compreensão de textos apresentadas pelos alunos.

As atividades propostas no projeto visam avaliar o nível de conhecimento de leitura e interpretação de texto dos alunos da EJA. Para tanto foram desenvolvidas atividades que envolvem leitura, escrita e interpretação, com base em textos por mim apresentados aos alunos. Os alunos tiveram acesso a textos escritos para leitura, vídeos e a atividades relacionadas aos textos apresentados durante a realização do projeto de leitura.

O Projeto realizado nas turmas do 7º e 8º ano teve a finalidade de avaliar na prática a quantas anda o conhecimento dos alunos em relação a leitura e interpretação

de textos. Para isso, foi apresentado um questionário, cujo resultado é exibido a seguir por meio de tabelas e gráficos e por atividades realizadas em sala de aula com os alunos.

Foram apresentadas aos alunos noções básicas de tipos de textos, mantendo como foco a narrativa, que é o tipo mais utilizado na sala de aula e mais presente no dia-a-dia dos alunos.

Com o projeto de Leitura em Desenvolvimento, foram trabalhadas atividades de leitura para que os alunos façam suas narrativas a respeito dos textos apresentados. A metodologia envolverá pesquisas e leituras, atividades sequenciais e estratégias de leitura que proporcionem o estímulo e a compreensão leitora.

É importante que o adulto compreenda que a leitura e a escrita vão além da decifração e transcrição de letras e sons, são atividades dirigidas pela procura do sentido e do significado. O letramento permite a inclusão no universo cultural e social. A cultura letrada, permite a comunicação e a integração com outras pessoas, e o acesso infinitas informações, bem como a possibilidade de participar mais ativamente no mundo do trabalho, da política, da economia, etc.

Imergir no ambiente letrado é fundamental, mas não o suficiente, é necessário que o professor permita que seus alunos reflitam sobre a escrita, e estabeleçam relações entre os diferentes tipos de textos, produzindo assim, textos significativos, que os aproximem o máximo possível de seu uso social.

Para iniciar as atividades referentes ao Projeto, foi selecionada uma escola municipal, dentre as que oferecem Educação de Jovens e Adultos, do município de São Mateus, que foi identificada na pesquisa como Escola X. Optei por esta escola por já conhecer seu funcionamento e por já possuir uma certa ligação com a mesma, uma vez que já havia trabalhado no local com alunos da Educação de Jovens e Adultos.

As turmas avaliadas 7^a e 8^a etapas, possuem 21 e 19 alunos respectivamente, com idade a partir dos 18 anos, na grande maioria de trabalhadores que buscam melhores oportunidades de emprego, melhoria em sua posição na empresa em que trabalham, ou no caso dos desempregados, buscam por uma chance a mais de entrar no mercado de trabalho.

Dentre os alunos envolvidos no projeto, têm-se que 55% haviam parado de estudar há mais de quatro (4) anos, 25% não frequentavam a escola a menos de dois anos e os demais, 20%, trocaram o ensino regular pela Educação de Jovens e

Adultos. Segundo a professora da turma da 8ª etapa, sua maior dificuldade é adequar seu planejamento para atender aos muitos níveis de aprendizagem existentes na turma.

Para desenvolver as atividades no primeiro dia da pesquisa foi conversado com os alunos sobre o projeto e de sua importância para a conclusão do Mestrado, todos se mostraram receptivos a minha proposta e dispostos a ajudar, no entanto, ficou estabelecido que o aluno que não quisesse participar não seria prejudicado. Após o diálogo entreguei a todos o questionário e solicitei que o respondesse com calma e que o entregasse ao fim da aula.

No segundo encontro foram trabalhados com os alunos, de forma sucinta, os diferentes gêneros textuais, visando o conhecimento e a leitura, a discussão sobre o uso, as funções sociais de cada gênero, para que o aluno se aproprie das características linguísticas e discursivas de gêneros diversos, em situações reais, presentes em determinados conceitos.

Na aula seguinte, como proposta de atividade, foram apresentadas várias imagens aos alunos e solicitado que os alunos fizessem um texto sobre suas impressões que a imagem escolhida lhe sugeria. A atividade tem a finalidade de que o aluno expresse a função expressiva da escrita.

No quarto encontro do projeto foram apresentados aos alunos três trechos de textos e solicitado que cada um escolhesse um, e fizesse uma narrativa inserindo o trecho escolhido.

Para finalizar o projeto apresentei aos alunos um texto retirado de jornal e pedi que todos o lessem e apresentassem suas impressões sobre o texto, através de um texto. Como nas demais atividades, as dificuldades estavam novamente presentes.

2.2 Local do Estudo

A pesquisa foi realizada no período de 2 a 31 de maio 2017, na Escola Municipal de Ensino Fundamental “A”, localizada em São Mateus, Espírito Santo, com uma estrutura física que conta com: 13 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado à alunos com deficiência ou

mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, despensa, almoxarifado, pátio descoberto.

Na escola são atendidos alunos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais e da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental, com atendimento nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A Escola "A", foi inaugurada em 05 de maio de 2007, como Anexo da EMEF Guriri. Em abril de 2008 foi aprovada a mudança de nomenclatura, por votação popular o nome da professora e difusora da história de São Mateus, foi escolhido pela população local para nomear a instituição de ensino, tornou-se então Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora "A". Pertencente à rede municipal de ensino de São Mateus, atende alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais, nos turnos matutino e vespertino, e à noite atende em 2017 ,123 alunos da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental I e II.

O currículo da escola é baseado na pedagogia crítico social dos conteúdos, que tem como objetivo que o aluno adquira conhecimentos que o tornem um cidadão atuante na sociedade, e se considera corresponsável na formação dos jovens e adultos da EJA.

Segundo Aranha (1996, p. 216) a pedagogia crítico social dos conteúdos busca,

Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências.

Ou seja, é um processo que visa obter resultados através da compreensão da realidade histórica e social de cada indivíduo, através da transformação da consciência de cada um.

O município de São Mateus está localizado na Região Norte do Estado do Espírito Santo a 215km da capital. É o segundo município mais velho do estado e o sétimo mais populoso.

CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para obtenção dos resultados agora apresentados, os alunos responderam a um questionário contendo 12 questões, as quais foram analisadas e expostas no decorrer do presente capítulo. As informações obtidas no questionário permitirão uma análise mais apurada dos alunos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos, quais suas expectativas, desejos e necessidades. As respostas permitirão que os professores dessa modalidade de ensino tenham oportunidades de se planejar para atender de forma mais adequada a esses alunos de acordo com suas dúvidas, seus anseios e suas necessidades.

No que se refere a educação, de acordo com os últimos dados publicados pelo INEP, referentes ao ano de 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade atingiram nota média de 5.6 no IDEB⁷. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.5. Em comparação com outras cidades do estado, os alunos dos anos iniciais, obtiveram nota que colocou a cidade na posição 38^a de 78. Já os alunos dos anos finais, ocupavam a posição 39 de 78.

Em relação a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE⁸, garante aos alunos o direito de aprender com equidade, sem, no entanto, vincular o diagnóstico da escola as avaliações e indicadores oficiais (Prova Brasil e IDEB), uma vez que a EJA, oficialmente não participa desse processo de avaliação.

O questionário apresentou questões fechadas de múltipla escolha e também questões abertas para que o aluno apresentasse respostas individuais. A seguir são apresentados os resultados do questionário.

⁷ **IDEB:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – indicador nacional para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

⁸ **PDE:** conjunto de programas que visam melhorar a Educação no Brasil, buscando melhorar a qualidade da Educação e a redução de desigualdades relativas às oportunidades educacionais, ou seja, o direito de aprender.

Idade dos alunos.

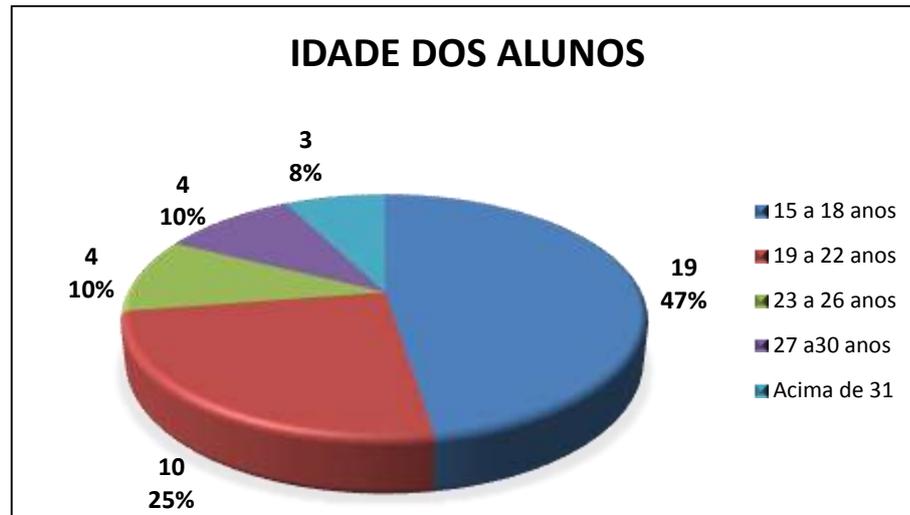


Gráfico1: Idade dos Alunos

A primeira questão interroga a idade dos alunos, dentre os quais a maioria, 47% está na faixa etária entre 15 e 18 anos de idade, 25% possuem entre 19 e 22 anos, 10% estão na faixa dos 23 aos 26 anos, e outros 10% possuem idade entre 27 a 30 anos, e o restante 8% estão com idade acima de 31 anos. (Gráfico 1)

O que se percebe é que a maioria dos alunos ainda são adolescentes, que por reprovações seguidas ou abandonos constantes, não conseguiram completar os estudos dentro da idade regular, assim a EJA se apresenta como forma de recuperar o tempo perdido decorrente da evasão ou da defasagem idade-série.

Sexo

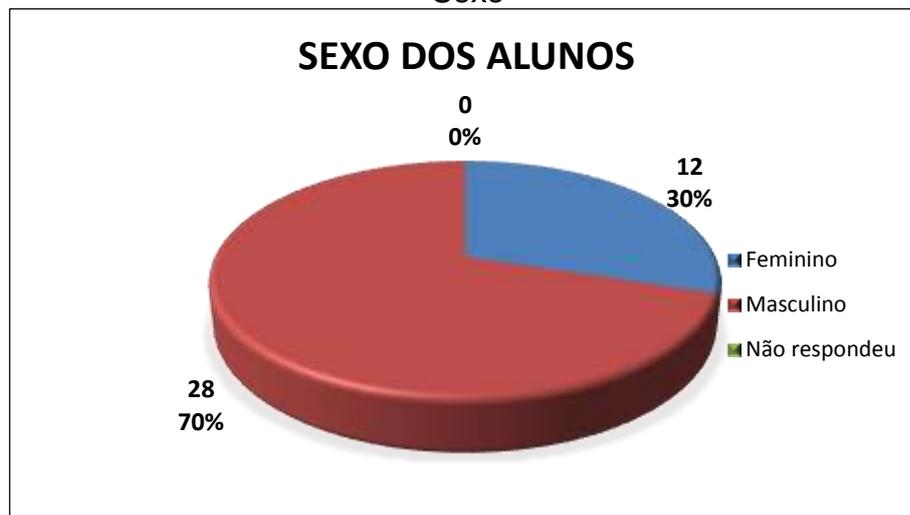


Gráfico1: Sexo

Quanto ao sexo dos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos percebe-se que os alunos do sexo masculinos abrangem mais que o dobro do que os

do sexo feminino, são 70% do total (Gráfico 2). Ao abordar a questão Sexo, o intuito foi avaliar, no geral qual dos dois teria um maior quantitativo de alunos que retornaram as salas de aula, buscando melhores oportunidades de trabalho, desenvolvimento pessoal, melhoria nas relações sociais. Algumas das mulheres que retornaram à sala de aula, afirmaram que voltaram com o objetivo de auxiliar seus filhos nas tarefas de casa da escola, outras afirmaram que buscavam uma forma de obter melhor colocação no mercado de trabalho. Quanto aos homens a maioria deles afirmou que buscavam seu objetivo era conseguir uma vaga no mercado de trabalho, uma vez que grande parte desses alunos ainda estão na faixa de idade entre 15e 18 anos. Alguns dos alunos, independente do sexo, afirmaram ter voltado por exigência da empresa que trabalham.

Não ficou definido o porquê da grande maioria dos alunos da EJA serem do sexo masculino, o que se sabe é que segundo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística), referente a 2015. Mas de acordo com a socióloga da Fundação Carlos Chagas, Sandra Unbehau (2018), “se as meninas têm filhos ou irmãos mais novos, elas provavelmente trabalham dentro de casa”. Assim, as responsabilidades domésticas podem ser um dos motivos das mulheres estar em menor número nas salas de aula.



Gráfico 3: Profissão dos Alunos

Como se pode perceber entre os alunos existe um elevado índice de desempregados, percentual de 30%, totalizando 12 alunos entre os 40 existentes nas duas turmas. Dentre os demais, 10% são ajudantes de pedreiro, 10% de empregadas

domésticas, 15% trabalham como mecânicos, 15% auxiliar de serviços gerais, 7% são costureiras, e os 13% restantes possuem outras profissões. (Gráfico 3)

Segundo Unbehaum, em relação a questão desempregado há de se considerar que muitos deles podem estar “em trabalhos precários, sem carteira assinada”. Para a socióloga “muitas das ‘meninas’ têm papel importante nos afazeres familiares e domésticos”.

Segundo Bernardim (2007, p. 8), muitos desses alunos retornam para a sala de aula por “acreditar que quanto maior a escolarização, maior será a possibilidade do emprego”. O autor afirma ainda que

Nessa modalidade, concentra-se a binômio estudo-trabalho sob uma perspectiva de urgência, em função da necessidade desse público de obter certificação na intenção de uma colocação melhorada, ou apenas uma colocação no já esfacelado universo do emprego formal.

Quanto ao estudo realizado, o que se vê no gráfico 3 é que grande parte dos alunos que retornam as salas de aulas são aqueles que ocupam os cargos menos valorizados pela sociedade que geralmente ofertam os menores salários e em sua maioria desempregados, que visam conseguir uma posição no mercado de trabalho.

Qual o motivo para não ter concluído os estudos no período regular.



Gráfico 4: Motivo de não ter concluído os estudos no período regular

Em nosso país, ainda hoje, existem diversas pessoas que abandonaram e ainda abandonam as escolas, sejam por motivos de necessidade ou por motivos fúteis, como a falta de interesse por exemplo. Independentemente do motivo essa é uma prática que deveria deixar de existir, em diversos outros países quando a criança que falta a escola sem apresentar uma justificativa os pais são chamados para explicar

os motivos da falta, no Brasil, a criança falta, abandona a escola e em grande parte dos casos não é cobrada dos pais a responsabilidade da ausência.

No gráfico 4 apresenta o motivo dos alunos não terem concluído os estudos durante o período regular, estão empatadas as causas “necessidade de trabalhar” e “falta de interesse” com 25% cada, os alunos que apresentaram a falta de interesse como motivo de não terem concluído no período regular, evadiram da escola, ou simplesmente, abandonaram os estudos após uma reprovação (Gráfico 4). Infelizmente, ainda é grande o número de alunos que precisam se afastar dos estudos para trabalhar e ajudar em casa.

Segundo o Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série, o estudo aponta para “a necessidade de trocar os estudos pelo trabalho, a distorção de idade e série, a falta de acesso e o desinteresse são os principais motivos para que 25,3% das crianças e adolescentes abandonem a escola”. (PNUD, 2016)

A dificuldade de aprendizado também foi fator impeditivo para a conclusão dos estudos na idade regular, atingindo 17% dos alunos e por último encontra-se a falta de escolar próximas a residência com 10% dos alunos pesquisados. (Gráfico 4)

O item outros com 23% das respostas, foi marcado por alguns alunos que justificaram outros motivos como, gravidez, mudança de cidade e por aqueles que foram transferidos para a EJA, devido a distorção idade/série, que nesse ponto se choca com a falta de interesse, uma vez que ela também é motivadora do atraso desses alunos, causando a distorção.



Gráfico 5: Motivo da escolha da EJA como modalidade de ensino

Quando questionados sobre o motivo de terem escolhido a EJA como modalidade de ensino para a conclusão dos estudos, 47% dos alunos disseram que seria para melhorar os conhecimentos uma vez que haviam abandonado a escola já há algum tempo. Outros 35% afirmaram que teria sido por não haver outra alternativa, 10% porque queriam aprender a ler e escrever, pois alguns deles não tiveram a oportunidade quando crianças de frequentarem as aulas, e o restante 8% afirmaram terem voltado a estudar por exigência das empresas em que trabalham. (Gráfico 5)

Os alunos que necessitam concluir os estudos abandonados no passado, geralmente não possuem muitas alternativas para corrigir o erro, as oportunidades que se apresentam hoje são, retornar a EJA, estudar através de vídeo aulas, em cursos a distância, ou se inscrever em cursos que oferecem as matérias para serem estudadas em casa e agendar as datas para realizar as provas (conhecidos como Provão), caso obtenham a média, recebem o certificado e diploma de conclusão.

Aqueles que precisam aprender a ler e escrever, a EJA se apresenta como melhor alternativa, no entanto, para os jovens e adultos que buscam melhorar os conhecimentos e concluir o ensino fundamental e médio, a modalidade de Ensino a Distância ou o Provão (provas gerais aplicadas em diversas cidades ao mesmo tempo e com um número muito grande de participantes), pode se apresentar como uma oportunidade viável, mas que exige muita dedicação por parte do aluno. Independentemente do motivo o retorno a sala de aula para os adultos é sempre complicado e exige paciência, por parte de professores e alunos, para que os objetivos de ambos sejam atingidos.

Quais as maiores dificuldades encontradas por você em sala de aula?



Gráfico 6: Maiores dificuldades encontradas em sala de aula

Voltar a estudar depois de muito tempo fora escola, pode em muitos casos, ser algo muito complicado. Principalmente para os alunos mais velhos, quando se veem na mesma sala que um vários adolescentes, no entanto, o que mais dificulta o aprendizado para 35% dos alunos, é entender o que alguns textos querem dizer, isso ocorre o aluno sabe ler, mas não compreende o que está sendo lido. Em segundo lugar, respondido por 25%, ficou a dificuldade dos alunos em se concentrar depois de um dia de trabalho e a dificuldade de escrever, entender o texto, fazer divisão e aprender coisas novas. (Gráfico 6)

Para outros 15% dos alunos, o que mais atrapalha é o burburinho em sala de aula, os alunos mais velhos reclamam que os mais jovens conversam e brincam demais, atrapalhando os demais alunos. (Gráfico 6)

Na maioria das vezes os alunos chegavam na escola cansados depois de um dia exaustivo de trabalho, e era perceptível o esforço que faziam para estar ali, em sala de aula. Os adultos muitas vezes, sentiam dificuldades em se concentrar, graças ao burburinho e as brincadeiras dos adolescentes, que aprendem e desenvolvem as atividades com mais facilidade e passam a conversar entre si.

A realidade mencionada acima, torna-se alarmante após a aplicação do projeto de leitura. As observações, levam à constatação de que entre os educandos que afirmaram ter dificuldades nas atividades cotidianas da sala de aula como ler e escreve textos e entender os conteúdos dos textos, pode ser bem maior do que o resultado apresentado, considerando-se as dificuldades apresentadas no desenrolar das atividades propostas. As práticas revelaram que os alunos que afirmaram ter dificuldade em leitura e compreensão de textos têm, na verdade, muita dificuldade.

A verificação do problema relativo a leitura de textos na Disciplina de Língua Portuguesa está presente também nas demais disciplinas escolares, os alunos afirmam que muitas vezes não compreendem o enunciado dos problemas de matemática, o que provoca dificuldades na resolução dos mesmos.

A questão comprova que os alunos que apresentam dificuldades na leitura e interpretação de textos, são os que tem mais dificuldades quanto as demais disciplinas, pois a falta de compreensão dificulta a interpretação e impede que o aluno apresente respostas coerentes com o enunciado das questões. Assim as dificuldades apresentadas nas demais disciplinas, podem ser sanadas apenas com o desenvolvimento da leitura e interpretação de textos.

Estando agora no Segundo Segmento da EJA, você ainda encontra muitas dificuldades na Leitura.



Gráfico 7: Agora no 2º segmento, ainda sente dificuldades na leitura?

Mesmo já estando próximos a finalizar o ensino fundamental, os alunos da 7ª e 8ª etapa afirmaram ainda sentir dificuldades na leitura, são mais da metade dos alunos, 80% deles, que afirmaram terem dificuldades, contra somente 20% por cento que disseram não ter problemas. (Gráfico 7)

Dentre as dificuldades apresentadas, os alunos afirmaram que sentem dificuldades em entender algumas coisas que leem, algumas palavras e que certos textos parecem não ter sentido algum.

Essa realidade está mais condizente com os resultados obtidos durante a execução do projeto em sala de aula. O aluno da EJA tem consciência de que ler não é simplesmente decifrar a escrita, ou decodificar os símbolos, mas sim, realizar uma reflexão que os leva ao conhecimento do que está sendo lido. É urgente que o eixo das discussões sobre a leitura seja repensado. De acordo com Freire (1996, p. 52) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Nesta perspectiva, há de se considerar, que a leitura em sala de aula, em especial na EJA, exige profundas reflexões e que as atividades escolares, estejam voltadas para leituras, que se aproximem da realidade do aluno, abandonando a forma mecânica, sem relação com o cotidiano do mesmo, com a sociedade e com as expectativas daqueles que buscam aprendê-la.

Você acha que os profissionais estão habilitados para trabalhar com a EJA, se não por que?



Gráfico 8: Os professores estão habilitados para trabalhar com a EJA?

Dos alunos estudados 95% acreditam que os professores estão habilitados para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos, os demais acreditam que não, os professores não estão habilitados (Gráfico 8). Os alunos que responderam negativamente a essa questão, foram unânimes em dizer, que muitas vezes o professor não entende o aluno. Muitas vezes o professor não tem a percepção da realidade, e não enxerga quem é o aluno dentro do contexto atual. Cada indivíduo tem seu próprio ritmo e forma de aprendizado, assim é importante que o professor que o aluno é que está no centro do processo de ensino.

Os alunos, mesmo os que disseram que a professora está habilitada para trabalhar com a EJA, afirmam que apesar de terem um bom relacionamento com a professora, consideram que os materiais didáticos utilizados por ela em sala de aula não são adequados, pois a professora leva para a sala de aula as mesmas atividades que utiliza com as turmas em seu outro período de trabalho não utilizando material específico para a EJA.

O que se espera da Educação de Jovens e Adultos é que essa seja ensinada de modo que os estudantes aprendam de forma crítica a realidade que os rodeia, dessa forma, o ensino na EJA deve ser pautado na realidade dos educandos para que interpretem a realidade de maneira crítica e reflexiva. É imprescindível que os alunos sejam reconhecidos como sujeitos atuantes do processo educativo, e não apenas como meros objetos.

De acordo com Freire (2008, p. 102), a EJA deve acontecer através de diálogos e reflexões, não se pode admitir

[...] uma educação desvinculada da vida, centrada na palavra em que é altamente rica, mas na palavra milagrosamente esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividades com que o educando ganhe a experiência do fazer, que desenvolveríamos no brasileiro a criticidade de sua consciência, indispensável a nossa democratização.

Os alunos prezam por uma educação que lhes deem maior autonomia em seu convívio com a sociedade, e acreditam que para isso, a professora precisa rever seus métodos, e sua forma de atuar na turma, uma vez que já são todos adultos com uma certa experiência de vida. Segundo os educandos as atividades infantilizadas apresentadas pela professora chegam a ser desestimulantes.

Os alunos apontam também para a insuficiência de materiais didáticos para auxiliar o professor em suas atividades no dia a dia da sala de aula. Romão (2011, p. 146), afirma que “a produção, a disseminação e a avaliação de material didático a educação de jovens e adultos é insuficiente, dificultando as ações dos diversos setores envolvidos”. Ou seja, o problema não é só do professor, é preciso maior investimento por parte das autoridades, para mudar essa realidade.

Para a grande maioria dos alunos o problema não está na habilitação ou não da professora e sim na falta de investimentos por parte do governo, em formação para os professores e em material didático adequado, voltado para a realidade de jovens e adultos.

Um aluno se apresentou em defesa da professora, segundo ele, não é que a professora não está habilitada, o problema é a que a maioria das escolas não possuem os recursos necessários para trabalhar com jovens e adultos que ali estão. Faltam recursos físicos e materiais, falta o governo apresentar propostas mais definidas para esse público que busca se desenvolver para se inserir no mercado de trabalho, ou conseguir se aperfeiçoar para se manter no mesmo.

Questão 9: O material que você utiliza corresponde a sua realidade?



Gráfico 9: O material corresponde a realidade?

Em relação ao material didático utilizado em sala de aula 70% dos alunos acreditam que é inadequado, pois acham as atividades um pouco infantis, para a idade dos mesmos, o que as torna fora de suas realidades, 10% disseram que sim que atende as necessidades e 20% não responderam a essa questão. (Gráfico 9)

O material utilizado para as aulas de acordo com os alunos, é o mesmo utilizado no trabalho realizado com os adolescentes do ensino regular. Apesar de existir um livro integrado, específico para a EJA. Para a professora é muito mais fácil trabalhar com os alunos com o material, o qual ela já possui afinidade e conhecimento. Ela acredita que o conteúdo trabalhado, não diferencia idade dos alunos e pode ser trabalhado tanto com adultos quanto com adolescentes.

A professora diz não trabalhar com o livro, pois afirma que ele está fora da realidade dos estudantes, pois seus textos são muito longos, fugindo da compreensão dos estudantes.

Você costuma ler algum livro durante o ano. Se sim, quantos?



Gráfico 12 : Costuma ler algum livro durante o ano?

De acordo com o gráfico, o hábito da leitura não é uma constante entre os alunos das turmas pesquisadas, entre os 40 alunos das duas turmas apenas quatro afirmaram ler algum livro durante o ano, ou seja apenas 10%, os demais, 90% não costumam ler livro algum. Os que disseram que leem, afirmam ler uma média de dois a três livros anualmente.

Infelizmente uma grande parcela de nossa sociedade, não tem o hábito de ler. A leitura, é um importante processo cognitivo, com grande eficácia na assimilação do conhecimento. Entre os alunos, do estudo todos afirmam conhecer a importância da leitura e sua participação na socialização dos indivíduos. A Educação de Jovens e Adultos objetiva ampliar a visão de mundo dos alunos, tornando-os produtores de uma cultura mais produtiva vivenciada no cotidiano de cada um.

Reconhecer uma palavra é o ato prévio à sua compreensão. A leitura é muito mais que a decodificação, ou seja, é muito mais do que transformar os símbolos que representam as letras em sons oralizados ou numa imagem mental, ela exige compreensão, no entanto uma decodificação pobre remete a uma compreensão carente, saber decodificar não garante que o indivíduo compreenda realmente o texto que lhe é apresentado. E é exatamente o que ocorre nas salas de aula do estudo, os alunos leem o texto, mas não tem a compreensão exata do que foi lido, não sabe argumentar e nem debater criticamente sobre o assunto.

De acordo com Barros (2016) “a leitura proporciona um aumento da capacidade de escrita, de argumentação, além de trazer um enriquecimento relevante no vocabulário do leitor, em sua forma de se expressar”.

No Brasil a falta de interesse pela leitura atinge todas as classes sociais, gênero e faixas etárias, em uma publicação do site G1, foi publicada uma notícia que no ano de 2014 cerca de 70% dos brasileiros não leram nada. (G1, 2014)

QUESTÃO 10: Além do livro didático, quais outros recursos que o professor utiliza em sala de aula?

De acordo com os alunos, são usados vídeos, matéria no quadro negro, explicação oral, revistas, jornais, reportagens de TV, laboratório de informática, estudos de casos, entre outros.

QUESTÃO 11: Qual a importância que tem a leitura para você?

Os alunos concordam que a leitura é de grande importância para todos, para alguns porque ela permite que leiam o que está escrito nos lugares, indicações de endereços, telefones, receitas, para localização e movimentação pela cidade, facilita na hora de pegar ônibus, etc. Outros acreditam que ela permite uma melhor compreensão do mundo e tem aqueles que acreditam que através da leitura terão mais oportunidades de conseguir um emprego ou melhorar sua posição na empresa.

O papel fundamental da leitura é a formação de indivíduos produtores de história e cultura. Para que isto ocorra, é preciso que a leitura seja viva e presente no dia-a-dia do leitor, possibilitando a reflexão sobre a realidade e a tentativa recriá-la. Dessa forma, o ato da leitura é antes de tudo, “um ato de conhecimento, um ato criador, no qual o leitor é um sujeito com criatividade e responsabilidade na construção de seu conhecimento”.

Para se tornar um leitor, é exigida a participação ativa do sujeito no artifício de construção de sentidos para o que está sendo lido. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, no tópico Prática de leitura, defendem essa atuação do leitor e garantem que:

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. (BRASIL, 2001, p. 53).

Geralmente o aluno da EJA fica vários anos fora escola, e não tem estímulos para leitura, por esse motivo, encontra dificuldades em ler, escrever e interpretar textos, e para reconstruir sua leitura, necessita de tempo, dedicação, e esforço para a compreensão da leitura das palavras.

E em geral, os alunos afirmaram que por trabalhar o dia inteiro, muitas vezes em trabalhos pesados, o cansaço não permite que dediquem o tempo, a dedicação e o esforço necessário para a construção da leitura. Todos entendem a importância que a leitura tem em seu cotidiano, sabem que a leitura é muito mais do que a decodificação das palavras, que a leitura é responsável pela formação de cidadãos, e que lhes permite ampliar sua visão de mundo.

Os alunos afirmam que de tudo o que aprendem/aprenderam na escola, a leitura foi sem dúvida, a melhor coisa, que permanecerá como sua grande herança. A resposta vem de forma mais contundente dos alunos que até a idade adulta não sabiam ler, nem escrever e resolveram se aventurar na Educação de Jovens e Adultos. Um aluno que ficou até os 42 anos de idade, sem saber ler e escrever, disse que a leitura foi um divisor de águas em sua vida, como uma luz que se acendeu na escuridão.

3.1.2 O Projeto de Leitura

Em relação as atividades referentes ao Projeto de Leitura, o mesmo nos mostrou que as dificuldades em relação a leitura não são poucas, e isso influencia diretamente no aprendizado das demais disciplinas, pois o aluno que mal lê, não interpreta corretamente o enunciado das questões, o que em muitas vezes, impede que realize determinadas atividades.

Assim no período de 1 mês, em algumas aulas semanais, realizamos com os alunos, atividades que nos permitiram constatar que os alunos da Educação de Jovens e Adultos em sua maioria, tem grandes dificuldades com a leitura, interpretação e também com a produção de textos.

Foram trabalhadas atividades iguais nas duas turmas e os resultados não apresentou diferenças entre elas, ou seja, as dificuldades encontradas foram as mesmas em ambas. O projeto nos permitiu avaliar os alunos e descobrir as dificuldades mais presentes entre eles.

As atividades trabalhadas em sala de aula nos deram a noção do que e como trabalhar com os alunos da educação de jovens e adultos. Uma coisa ficou bem clara, trabalhar com os alunos da Educação de Jovens e Adultos, da mesma forma e com os mesmos recursos trabalhados com os alunos do ensino regular, não é o ideal. É importante, adotar métodos que considerem as vivências e aprendizados que esses

alunos já trazem em suas bagagens, assim, se tornará mais fácil capturar o interesse dos mesmos.

Com o projeto foi possível perceber que alguns alunos, estão no grupo dos considerados analfabetos funcionais, ou seja, apesar desses alunos serem tecnicamente alfabetizados, não são capazes de interpretar os textos ou de fazer operações matemáticas.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Compreende-se que são muitas as razões que resultam no abandono/evasão escolar e que as dificuldades de aprendizagem em especial a leitura e compreensão de textos influenciam nesse movimento. Os alunos se veem desmotivados e perdem o interesse em continuar os estudos, as dificuldades são também resultantes, de fatores externos à sala de aula, como o cansaço, o trabalho os compromissos com a família, entre outros.

Para evitar que o afastamento ocorra as escolas devem se atentar para as questões intraescolares, pois são fatores sobre os quais a instituição tem a capacidade de agir, dessa forma, é imprescindível que a escola assuma uma tomada de decisão mais atuante diante do desafio de diminuir a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos.

Foi possível perceber que apesar dos esforços das professoras atuantes as turmas do estudo, torna-se necessário que se faça uma análise do currículo e das práticas curriculares, adequando-as aos perfis e necessidades dos alunos da EJA. Oliveira (2009) nos chama a atenção e ressalta “que o currículo mais adequado é aquele que estabelece relações ou ligações com a vida dos educandos e critica a fragmentação e a infantilização dos currículos destinados aos jovens e adultos”.

Vale ressaltar as palavras da professora da 7ª etapa que nos aponta para a atual realidade da Educação de Jovens e Adultos

O maior desafio dos professores da EJA é evitar que os alunos abandonem a sala de aula, por esse motivo temos que trabalhar com atividades contextualizadas, bem como promover a interdisciplinaridade do ensino, adequando os conteúdos curriculares e aproximando-os da realidade do aluno, talvez essa seja a melhor maneira de incitá-los a permanecer em sala de aula”. (Professora da EJA/São Mateus).

A professora apresenta a necessidade de se trabalhar em sala de aula, com atividades que visem a permanência dos alunos na escola e que traga para dentro da sala dinâmicas que o aproximem de sua realidade diária. Para ela é imperiosa a construção de um currículo com alicerces na cultura dos sujeitos da aprendizagem, impulsionando uma nova postura docente em relação ao aluno.

A LDB da educação brasileira determina que todos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade regular tem direito a acessar cursos gratuitos que ofereçam “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (BRASIL, 1996, p. 13). No entanto, o maior desafio encontrado pelas equipes escolares é criar um sistema que atenda de modo satisfatório um grupo tão distinto de estudantes, que abarca alunos em várias etapas da vida.

O professor deve trabalhar de acordo com a realidade, saberes e cultura dos educandos, e nesse contexto Freire (1997) apresenta a opção de

[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (FREIRE, 1997, p.30).

Considerando o exposto, torna-se clara a importância da formação do professor que atua nessa modalidade de ensino, pois na EJA encontram-se alunos com ideias, idades e situações diferentes, que devem ser respeitadas e atendidas pelos professores responsáveis pela condução do trabalho.

CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a estudo, foi possível verificar o objetivo principal do presente estudo que é a pesquisa como a leitura e a compreensão de textos determinam a permanência ou não dos alunos da Educação de Jovens e Adultos e a formação de leitores capazes de se posicionar criticamente a um texto e às demandas da sociedade.

Através da pesquisa realizada com os alunos da EJA foi possível perceber que a evasão/abandono escolar em muitos casos é causada pela dificuldade na leitura, os alunos alegaram que a dificuldade na leitura os impede de entender o enunciado das questões, o que os prejudica não somente na disciplina de Língua Portuguesa, mas também nas demais disciplinas.

Quanto aos objetivos específicos, foi possível perceber através do Diário Escolar das Professoras, que ocorreu um número expressivo de abandono escolar nas turmas em questão, chegando a 50% na turma do 8ª etapa e 40% na 7ª. As causas desse abandono continuam sendo uma incógnita para todos, alguns dos alunos motivos apresentados pelos colegas dos alunos que abandonaram a sala de aula foram, a falta de tempo para conciliar o estudo e o trabalho, o cansaço, as dificuldades encontradas em sala de aula, entre outros.

O que surpreende na modalidade Educação de Jovens e Adultos, são os altos índices de abandono dos alunos, em muitas salas de aula, a quantidade de alunos evadidos chega a ser superior ao número de alunos que foram aprovados, e isso é um desafio para a compreensão dos educadores que atuam nessa modalidade de ensino. Arroyo (2006), destaca que para configurar a Educação de Jovens e Adultos é preciso conhecer quem são os sujeitos, a fim de adaptar a escola frente às necessidades de uma educação diferenciada que atenda aos anseios desses indivíduos. Segundo o autor “é preciso compreender como eles vivenciam o processo educativo, buscando entender as razões e motivações que levam esses alunos a abandonarem ou retornarem à escola”.

Na Educação de Jovens e Adultos as dificuldades surgem tanto por parte dos alunos, quanto dos professores, os alunos tem que se adaptar a sala de aula, alguns depois de muitos anos fora dela, já com uma leitura de mundo definida por suas vivências diárias e trazem para a sala de aula essa leitura, na esperança de que a escola complemente esse saber e o auxilie nas dificuldades de aprendizagem que se

apresentam no dia-a-dia. Espera que haja uma complementação da sua leitura de mundo com a leitura da sala de aula.

Como sugestão para que os alunos não abandonem a EJA, o professor, deve buscar encontrar meios de tratar de forma eficaz as dificuldades de aprendizagem encontradas pelos educandos, relacionando-as com sua realidade, determinando objetivos e tarefas que gerem nos alunos meios de superar as dificuldades. As dificuldades encontradas pelos alunos, podem ser decorrentes de déficits funcionais superiores como, percepção, cognição, raciocínio lógico, linguagem, atenção, etc. E cabe ao professor buscar meios de se não sanar ao menos minimizar as dificuldades de seus alunos, na tentativa de evitar o abandono/evasão.

Percebe-se que o número de alunos que abandonam a EJA é muito alto em relação ao ensino regular, assim, é importante criar mecanismos que permitam a permanências desses alunos na sala de aula, os alunos buscam por conteúdos que estejam mais voltados para sua realidade, associados ao seu cotidiano, acredita-se que assim terão possibilidade de assimilar melhor e com mais facilidade o conteúdo.

O projeto aqui apresentando foi idealizado para que se pudesse identificar o número de alunos da EJA que ainda apresentava problemas com a leitura e interpretação de textos, para tanto foram apresentadas algumas atividades e a partir delas seria possível analisar os resultados.

O projeto juntamente com o questionário nos deu a percepção de que ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação a leitura, tanto por alunos quanto por professores. Conhecer os alunos, suas vivências e necessidades em relação ao retorno para a sala de aula, pode ser fundamental para o professor. Kato (1980, p. 108) afirma que “a variação na escolha do tipo de estratégia está sujeita a vários fatores: à maturidade do leitor; à natureza do texto; ao lugar onde o leitor se encontra na frase ou no texto; ao propósito para a leitura”.

As mesmas atividades foram trabalhadas em ambas as turmas e os resultados apresentados não divergiram entre elas. No início do projeto ao adentrar a sala de aula imaginei que os alunos que apresentariam maiores dificuldades seriam aqueles com a mais idade, no entanto para minha surpresa, existem mais alunos com dificuldade na leitura e interpretação de textos entre os que possuem idade entre 15 e 18 anos, talvez a maturidade seja o diferencial nessa questão. Não estou afirmando aqui que todos os alunos mais jovens são imaturos, mas que talvez, os mais velhos tenham objetivos mais definidos quanto ao retorno para a sala de aula.

A aluna Maria⁹ me disse antes do final do projeto que iria desistir do curso que iria “sair da escola”, porque estava encontrando muitas dificuldades em interpretar os textos, e que exigia dela muito pensamento e que pensar demais nos textos era muito cansativo.

O projeto nos deu a percepção do quão importante é estimular o aluno para a leitura, e que ela é apenas o primeiro passo, para que no futuro ele possa “ler o mundo”, o educando tem que saber que ler é muito mais do que apenas “passear” pelas palavras.

Foram trabalhadas com os alunos as definições dos gêneros textuais mais conhecidos, com uma ênfase maior sobre a narrativa, que é o mais presente na vida dos alunos.

Quanto as atividades de leitura e interpretação e produção de textos, em alguns casos nos revelaram grandes surpresas com textos criativos e surpreendentes, em outros nada mais do que uma frase, para definir um universo de possibilidades, não se sabe ao certo se por dificuldades no desenvolvimento dos textos, por falta de vontade de colaborar, uma vez que não seriam avaliados com nota, pela professora, ou talvez porque as atividades não correspondiam aos seus interesses específicos. Enfim, não se sabe.

Uma coisa é certa, é preciso que os educadores considerem que os alunos que saíram da escola e agora retornam, possuem um conhecimento prévio, e que esses alunos não pararam de aprender e continuam tendo experiências nos demais setores da vida. Trabalhando no projeto percebi que a melhor forma de manter esses alunos na sala de aula é considerar a bagagem cultural desses alunos, que é rica e diversa e que foi construída em diferentes momentos de suas vidas.

Para concluir esta etapa, apresentamos sugestões futuras sobre o tema aqui apresentado que poderiam ser as seguintes:

1. Formação continuada para os professores, partindo de necessidades formativas: o caso da Educação de Jovens e Adultos merece destaque pois é de suma importância que se busquem estratégias adequadas de formação continuada dos professores que atuam com os jovens e adultos da EJA.

⁹ Nome fictício

2. O uso de tecnologias na educação de jovens e adultos: é preciso que escola e professores apresentem uma proposta metodológica de ensino das novas tecnologias digitais tão presentes em nossos dias, buscando evitar a exclusão social e estimulando a inserção desses jovens e adultos no mundo globalizado e informatizado, despertando ainda a consciência dos professores a necessidade de oportunizar um ensino de atitudes e competências éticas e profissionais no uso de ferramentas tecnológicas.

REFERÊNCIAS¹⁰

AGUIAR, R. H. A. **Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação.** Tese de Doutorado. Orientação Lúcia Mercês de Avelar. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ARROYO, M. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L.; SOARES, L. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.* Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

AZEVEDO, F. **A transmissão da cultura.** São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARROS, J. Hábito de Leitura. **Brasil Escola.** Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/habito-leitura.htm>>. Acesso em 19 de maio de 2018.

BEISIEGEL, C. de R. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos.** São Paulo: Pioneira, 1974. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

BERNARDIM, M. L. **Da escolaridade tardia à educação necessária: estudo das contradições na EJA em Guarapuava-Pr.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BRASIL. **LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 44 p.

_____. Conselho nacional de educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e resolução CNE/CBE nº 1/2000.** Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Resolução nº 582/2015.** Brasília, 2016. Disponível em <http://www.anp.gov.br/wwwanp/images/planos_desenvolvimento/Sao_Mateus.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

_____. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunos e alunas da EJA: Caderno 1.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf>. Acesso em 30 de mar. de 2016.

CANDAU, V.M. (Org.) A didática e a relação forma/conteúdo. In: **Rumo a nova didática.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

CARVALHO, M. **Primeiras letras: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares.** 1 ed. São Paulo: Ática, 2010.

¹⁰ As referências foram ordenadas de acordo com o Sistema Alfabético, conforme a ABNT NBR 10520.

CERATTI, M. R. N. **Evasão escolar: causas e consequências.** Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-4.pdf? Acesso em 19/11/2017

DURANTE, M. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos.** Porto Alegre: Grupo A, 1998.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1967.

CERATTI, M. R. N. **Evasão escolar: causas e consequências.** Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-4.pdf? Acesso em 01 abril 2016.

FERREIRO, E.; PALÁCIO, M. G. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FORTUNATO I. **Educação de jovens e adultos.** REU. Sorocaba: São Paulo, v. 36, n. 3. P. 281-283, dez 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, Autores associados, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1. **70% dos brasileiros não leram em 2014, diz pesquisa da Fecomércio-RJ.** Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/04/70-dos-brasileiros-nao-leram-em-2014-diz-pesquisa-da-fecomercio-rj.html>. Acesso em 11 dez 2017

HAGE, S. M. **Educação de jovens e adultos, analfabetismo e compromisso social: análise da experiência educativa do projeto alfabetização cidadã na transamazônica.** UFPA, 2001. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/GT9.PDF>. Acesso em 13/12/2017.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320490&idtema=130&search=espírito-santo%7csao-mateus%7cestimativa-da-populacao-2017->>. Acesso em 22 jul 2017.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Produto interno bruto (PIB) dos municípios do Espírito Santo – 2015.** Vitória, 2017. Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/4963-produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-2015>>. Acesso em 23 nov. 2017.

KARLBERG, L. **A importância da leitura na sociedade moderna.** Disponível em <https://agazetadoacre.com/importancia-da-leitura-na-sociedade-moderna/>. Acesso em 02 jun 2018

KLEIN, L. R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.

LEMLE, M. **Guia teórico do alfabetizador**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LOURENÇO FILHO, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. INEP, Brasília, n. 100, p. 249-72, 1965.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINS, V. C. **A didática no processo de alfabetização de jovens e adultos: uma leitura do cotidiano a partir da geografia e de textos literários**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação – Educação no Ensino da Educação Básica. Centro Universitário Norte do Espírito Santo. São Mateus-ES. 2006.

MEDEIROS, M. do S. de A. **A Formação de Professores para a Educação de Adultos no Brasil: da história à ação**. Palma de Malorca: Tese de Doutorado pela Universitat de les Illes Balears, 1999.

MORTATTI, M. do R. **Os sentidos da alfabetização** (São Paulo: 1876-1994). São Paulo: Ed. UNESP; CONPED, 2000.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NARDOTO, E. O. **História, geografia e economia de São Mateus**. São Mateus. Ed. Do autor, 2016. 546 p. il.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. 2ª ed. Porto, Portugal: Editora Porto, 1995.

OLIVEIRA, I. B. **Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões**. In: PAIVA, J; OLIVEIRA, I. B. (Org.). Educação de Jovens e Adultos. Petrópolis, RJ: DP&A, 2009, p. 97-107.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos – contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1973.

SÃO MATEUS. **Resolução nº 02, de 02 de abril de 2008**. Parâmetros Legais para da Educação de Jovens e Adultos - Núcleo de Gestão. Secretaria Municipal de Educação – SME, 2008.

SCHWARTZ, Y. **Trabalho, emprego e cidadania.** In: _____. (Orgs.). Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Coord. da tradução e revisão técnica: Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010c. p. 274-292.

SOARES, M. B. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed. 2001.

SOUZA, J. F. **A educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo.** Recife: UFPE/Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular (NUPEP), 2000.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **O ensino e suas relações.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

Você cita autores que não referenciou: Thiollent, Nóvoa, Candau

APENDICE A: QUESTIONÁRIO PESQUISA APLICADO AOS ALUNOS DA EJA**1 IDADE**

- 15 a 18
 19 a 22
 23 a 26
 27 a 30
 Acima de 31

2 SEXO

- Masculino
 Feminino
 Não respondeu

3 PROFISSÃO

4 QUAL O MOTIVO DE VOCÊ NÃO TER CONCLUÍDO OS ESTUDOS NO PERÍODO REGULAR?

- Necessidade de trabalhar
 Falta de Interesse
 Dificuldade no aprendizado
 Falta de escola próximo à sua residência
 Outro: _____

5 POR QUE VOCÊ ESCOLHEU A EJA COMO MODALIDADE DE ENSINO?

- Porque não havia outra alternativa.
 Para poder aprender a ler e escrever.
 Para melhorar meus conhecimentos.
 Porque a empresa exigiu.
 Outro: _____

6 QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS POR VOCÊ EM SALA DE AULA?

- Escrever, decorar texto, fazer divisão e aprender coisas novas.
 Me concentrar nas aulas depois de um dia de trabalho.
 O burburinho em sala de aula.
 As dificuldades são as trocas das letras.
 Entender o que alguns textos querem dizer, entender as entrelinhas, o enunciado das questões.

7 ESTANDO AGORA NO SEGUNDO SEGMENTO DA EJA, VOCÊ AINDA ENCONTRA MUITAS DIFICULDADES NA LEITURA?

- Sim
 Não

Quais? _____

8 VOCÊ ACHA QUE OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA ESTÃO HABILITADOS PARA TRABALHAR COM A EJA?

() Sim.

() Não

Se não, por que? _____

9 O MATERIAL QUE VOCÊ UTILIZA CORRESPONDE A SUA REALIDADE?

() Sim

() Não

10 ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO, QUAIS OS OUTROS RECURSOS QUE O PROFESSOR UTILIZA EM SALA DE AULA?

11 QUAL A IMPORTÂNCIA QUE TEM A LEITURA PARA VOCÊ?

12 VOCÊ COSTUMA LER ALGUM TIPO DE LIVRO NO ANO? SE SIM, QUANTOS?

APENDICE B: PROJETO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1 TEMA

As dificuldades de leitura e interpretação encontradas pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos da 7ª e 8ª etapa do Ensino Fundamental.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

O presente projeto tem como finalidade analisar as dificuldades apresentadas pelos alunos das 7ª e 8ª etapas da Educação de Jovens e Adultos em relação a leitura e interpretação de texto. Sabe-se que leitura é essencial para o aprendizado das demais disciplinas, pois o aluno que não sabe ler e interpretar, tem dificuldades de entender o enunciado das questões.

A importância da leitura na vida dos indivíduos, está na necessidade de inserir-se na sociedade letrada em que vivem, pois a todo momento são cobrados para apresentar resultados, seja em casa ou no trabalho, e principalmente no trabalho, tanto para entrar no mercado de trabalho, quanto para se manter no mesmo.

Sendo assim o presente projeto visa estudar qual o nível de leitura dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola “X” no município de São Mateus-ES?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Fazer com que o educador descubra qual o nível de leitura de seus alunos, descobrindo assim qual as maiores dificuldades apresentadas por cada um deles, e assim ter a possibilidade de formar leitores que se posicionem criticamente diante de um texto.

3.2 Objetivos Específicos

- Levar o aluno a compreender a importância de dominar a arte da leitura e da escrita;

- Apresentar diferentes situações de comunicação oral e escrita e verificar se o educando consegue considerar as opiniões adversas, tanto quanto apresentar as próprias opiniões;
- Analisar se os alunos compreendem o sentido nas mensagens orais e escritas que lhes são apresentadas;

4 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹¹, vem apontando ao longo dos anos, o alto índice de jovens e adultos analfabetos no país. Os dados apresentados pelo Instituto em dezembro de 2017, aponta para um índice de cerca de 11,8 milhões de analfabetos no país, que corresponde a 7,2% da população de jovens e adultos (15 anos ou mais).

Assim como nas edições passadas da pesquisa a Região Nordeste do país apresentou os maiores índices de analfabetos no país, com uma taxa de 14,8% da população da região, seguida das regiões Norte com 8,5%, Centro-Oeste com 5,5%, Sudeste com 3,8% e Sul com 3,6%. Percebe-se que o percentual da Região Nordeste, gira “em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para o Sudeste e Sul”. (O GLOBO, 2017).

Os resultados apresentados indicam que o Brasil não conseguiu atingir a uma das metas do Plano Nacional de Educação, em relação a educação de jovens e adultos, a meta 9 estabelecia para o ano de 2015 a redução do analfabetismo para 6,5%, o que não aconteceu. A Lei define o ano de 2024 para a erradicação do analfabetismo no país.

Frente a tudo que foi exposto o presente projeto se justifica pela necessidade de se apresentar propostas para a redução do analfabetismo no país, para tanto, é preciso antes descobrir qual o grau de conhecimento da leitura e da escrita dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental, Segundo Segmento.

Na teoria um aluno da 7^a e 8^a etapa da EJA ou do ensino regular, já deveria dominar a leitura e a escrita, bem como a interpretação de textos, mas sabe-se que na prática é bem diferente. Definir quais os níveis de conhecimento desses alunos, é

¹¹ IBGE: organização pública responsável pelos levantamentos e gerenciamentos dos dados e estatísticas do Brasil.

o ponto de partida, para se definir as estratégias a serem utilizadas com esses alunos, afim de que adquiram o conhecimento necessário para exercerem seu papel de cidadãos.

Sabe-se que a realização de um Projeto de Leitura exige tempo e dedicação de todos os envolvidos, no entanto o presente projeto visa, descobrir o nível de leitura dos alunos para assim dar continuidade aos estudos da dissertação base desse estudo. Não buscamos aqui definir formas de melhorar a aprendizagem da leitura e da escrita, no entanto as informações aqui recolhidas servirão de base para que as professoras das turmas analisadas definam as estratégias mais adequadas para sanar o problema.

5 METODOLOGIA

1º Dia

Inicialmente conversei com os alunos sobre o estudo que pretendia realizar com os eles e de sua importância para conclusão do meu Mestrado, todos se mostraram receptivos a minha presença e dispostos a ajudar, no entanto, ficou estabelecido que a participação não seria obrigatória, mas pedi aqueles que se dispuseram a ajudar, para responder as atividades com a máxima sinceridade para que os resultados fossem os mais precisos possível.

2º Dia

No segundo encontro foram trabalhados com os alunos, de forma sucinta, os diferentes gêneros textuais, visando o conhecimento e a leitura, a discussão sobre o uso, as funções sociais de cada gênero, para que o aluno se aproprie das características linguísticas e discursivas de gêneros diversos, em situações reais, presentes em determinados conceitos.

3º Dia

Na aula seguinte, como proposta de atividade, foram apresentadas várias imagens aos alunos e solicitado que os alunos fizessem um texto sobre suas impressões que a imagem escolhida lhe sugeria. A atividade tem a finalidade de que o aluno expresse a função expressiva da escrita. Abaixo temos as imagens

apresentadas para os alunos para que apresentassem suas impressões através dos textos.

Assim como um texto, uma imagem pode apresentar diversas leituras, mas não é qualquer leitura. Para tanto é necessário apresentar alguns questionamentos: como são apresentadas as imagens? Como indicam o que querem indicar? Qual é o contexto da imagem? Enfim são diversos questionamentos que podem ser feitos para se fazer a leitura da imagem, mas que não serão aprofundados nesse estudo. Abaixo as imagens utilizadas para que os alunos fizessem suas leituras.



Fonte: Pinterest

4º Dia

No quarto dia do projeto foram apresentados aos alunos três trechos de textos e solicitado que cada um escolhesse um, e fizesse uma narrativa inserindo o trecho escolhido.

Tema 1

Quando a criatura encantada lhe disse que ele teria direito a apenas um único desejo, ele, muito esperto, soube instantaneamente o que pediria.

— Se é assim, quero ter o dom de poder realizar todos os meus desejos, bastando para isso apontar apenas o meu dedo.

— Que assim seja, mestre! — disse a criatura com um sorriso irônico.

Crie uma narrativa na qual esse trecho seja inserido coerentemente.

Tema 2

Era a nova vizinha; e era muito, muito bonita. Vivia só e não gastava conversa com ninguém dali. Mas, todas as noites, havia um entra-e-sai esquisito de rapazes muito alinhados do seu apartamento. Minha tia, muito puritana e fiscal da vida alheia, resolveu xeretar.

Crie uma narrativa cômica na qual esse trecho seja inserido coerentemente.

Tema 3

Meu pai me pedira para guardar aquela pequena caixa de madeira escura por tempo indeterminado e me fez jurar que eu jamais a abriria sem o seu consentimento.

Crie uma narrativa de mistério na qual esse trecho seja inserido coerentemente.

5º Dia

Para finalizar o projeto apresentei aos alunos um texto retirado de um site sobre a discriminação e o racismo e pedi que todos o lessem e apresentassem suas impressões sobre o mesmo, através de uma narrativa, relacionando com sua realidade, caso tenham sofrido algum tipo de discriminação.

[...]

Embora haja na nossa legislação diversas fontes e recursos de combate contra a discriminação e o racismo, para que haja eficácia nessa batalha, é necessário a existência de uma consciência. Faz-se mister que aqueles que são discriminados estejam conscientes da discriminação sofrida e reajam de forma inequívoca contra seus discriminadores, inclusive denunciando-os à justiça.

Por outro lado, é necessário que o povo brasileiro crie uma consciência das discriminações que existem no Brasil, eis que, comumente a sociedade nega a ocorrência de discriminações atribuindo eventuais casos que caem no domínio público a comportamentos isolados de pessoas inescrupulosas.

Ocorre que, as discriminações existem e são reais e devem ser encaradas como fatos concretos que precisam ser combatidos e resolvidos, não bastando a mera maquiagem da realidade que por si só é discriminatória e

corroborar para o crescimento do preconceito, do racismo, dos estereótipos e das discriminações sociais.
[...] (BECARI, 2005).

6 RECURSOS

6.1 Humanos

- Alunos;
- Professores.

6.2 Material

- Papel A4;
- Caneta;
- Lápis/Borracha;
- Jornais;
- Caderno;
- Gravuras.

7 RESULTADOS

O Projeto foi realizado com duas turmas da Educação de Jovens e Adultos 7ª e 8ª etapas, a fim de verificar se os alunos apresentavam algum tipo de dificuldade em relação a leitura e interpretação de textos. Para que ao final se propusessem ações que permitissem mudanças na realidade encontrada.

As atividades nos permitiram, detectar quais os alunos que apresentavam mais dificuldades com a leitura e interpretação de textos e quais são essas dificuldades, é claro que sabemos que, mais do que descobrir as dificuldades é preciso saná-las. No entanto a proposição do presente estudo é descobrir a existência de alunos com dificuldades de leitura e interpretação de textos, nas turmas finais do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos, afim e embasar o tema estudo na presente Dissertação.

O estudo nos deu a percepção de que muitos dos alunos das duas turmas estudadas apresentam alguma dificuldade em relação a leitura e interpretação, sendo que alguns, leem mal e não conseguem interpretar exatamente o que foi lido, assim

não conseguem expressar através da escrita o que lhes foi determinado. Outros, no entanto, leem com dificuldade mas conseguem captar a essência do que foi lido, alguns conseguem passar para o papel e outros não, mas estes, conseguem expressar oralmente, o que entendeu do conteúdo apresentado.

Infelizmente, essa é a realidade da educação no Brasil, alunos que chegam ao final do ensino fundamental sem saber ler e interpretar, ou apresentam dificuldades na leitura e escrita. O que fazer para resolver essa situação? Essa resposta tem que ser avaliada, por professores, escola e os órgãos responsáveis pela educação em nosso país, não deixando de ouvir os alunos, que são nesse caso, os mais interessados.

É necessário trabalhar com projetos que visem a melhoria do processo ensino e aprendizagem e contribuam na construção da cidadania, da busca da auto aceitação e na inclusão social dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje, em que as tecnologias se apresentam de forma tão presente em nossas vidas, o hábito da leitura está perdendo suas forças, especialmente entre os jovens, que trocam os livros pela tela do celular ou do computador.

A leitura de livros, artigos, jornais e revistas, é de grande importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente, as experiências com leitura e escrita são imprescindíveis para a formação do aluno e do cidadão. No caso dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, alguns alunos tiveram pouco ou nenhum contato com o mundo letrado.

Espera-se que a educação seja inclusiva em todos os sentidos: social, linguístico, econômico, construtivo e cidadão. E que os alunos da Educação de Jovens e Adultos tenha as portas abertas para seu crescimento e a oportunidade de mostrar que tem capacidade de ir além do óbvio.

Ao fim do projeto, foi possível perceber que os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, e permitiram esclarecer que ainda existem alunos com dificuldades de leitura e interpretação de textos ainda nas 7ª e 8ª etapas da EJA, o projeto permitiu mostrar aos alunos e a professora quais as dificuldades de cada um, agora cabe a eles, se unirem e definir as estratégias que deveram ser utilizadas para mudar essa realidade, não é tarefa fácil, mas também não é impossível. É preciso promover ações

que desenvolvam alunos pensantes e participativos e que sejam cidadãos críticos com consciência de seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

BECCARI, C. B. **Discriminação social, racial e de gênero no Brasil**. Disponível em < <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1991/Discriminacao-social-racial-e-de-genero-no-Brasil>>. Acesso em 13 maio 2017.

FERREIRA, P. **Brasil ainda tem 1,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE**. O Globo, 2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>. Acesso em 21 dez. 2017.